

# PONTO DE PARTIDA: A FASE CONSTITUINTE DE UMA NOVA FORMAÇÃO POLÍTICA

Informe de Achille Occhetto ao 19º Congresso do PCI

Companheiras e companheiros, amigos

Temos atrás de nós um inesquecível 1989. Um ano que se fechou no cenário de um mundo profundamente mudado. A ordem política do planeta egresso da Segunda Guerra Mundial aparece, hoje, irreconhecível. Tem-se desfeito o sistema dos Estados do socialismo real. Assistimos à falência daqueles modelos sociais. Mas, sobretudo, vimos o fim do equilíbrio mundial bipolar que tinha se constituído no pós-guerra decorrência dos acordos de Yalta e que tinha se conservado, bem ou mal — eis a questão — também em virtude de uma política de força e potência.

## I. PERANTE AS MUDANÇAS MUNDIAIS É NECESSÁRIO RENOVAR E REORGANIZAR A ESQUERDA EUROPEIA.

Colocada em questão, aquela política não poderia entrar em crise — e assim se deu — junto àquele equilíbrio. Surgem, agora, problemas e riscos inéditos, mas também grandes potencialidades, tanto no Ocidente como no Leste, e no mundo inteiro. Essencial é olhar bem e caracterizar que o que aconteceu tem sido possível e necessário pela afirmação, sempre mais difusa, de um movimento de oposição contra a velha ordem e o anterior estado de coisas, graças à manifestação de uma firme vontade de renovação, de autonomia nacional, de dignidade humana, inspirada nos ideais de liberdade, solidariedade, igualdade.

Eis por que o que aconteceu, além dos riscos e perigos, é um grande movimento de progresso, que não se detém no Leste, mas que é destinado a contagiar os sentimentos e as orientações dos povos de cada parte do planeta. Esta é uma força, base possível de uma nova política, radicalmente diversa daquela em seu ocaso, uma política que deverá ser sempre mais pacífica e na qual o fator militar deverá pesar sempre menos.

A grandiosa e rapidíssima mudança das estruturas internacionais altera radicalmente as condições, o contexto, no qual os sujeitos institucionais e políticos — todos os sujeitos, não

somente o PCI, seja no âmbito internacional ou nacional — têm até hoje operado. Obriga todos a se repensar e se transformar. A esquerda, em todo o mundo, em suas múltiplas expressões e aspirações, deverá realizar mudanças decisivas e será induzida a se reorganizar. Mudam os termos do conflito ideal, social e político em escala planetária.

Este conflito tem sido até hoje condicionado, e mesmo indetificado, com aquele entre os dois blocos contrapostos e isso tem cristalizado e distorcido a luta pelo socialismo, no Oriente e no Ocidente. Não há dúvida de que a esquerda europeia tem sido pesadamente condicionada, e a norte-americana não tem tido chances de se desenvolver, porque no pós-guerra a luta entre a esquerda e a direita tem se identificado com o choque entre os dois blocos, entre dois campos, os assim chamados “comunista” e “capitalista”.

Definitivamente, o choque externo acabava de se tornar funcional a uma contenção da esquerda e ao congelamento de qualquer hipótese de transformação qualitativa do modelo social e econômico dominante. Tudo isso valia, naturalmente, também para o Leste, tanto mais que a hipótese staliniana previa a manutenção, sob o domínio do Estado, de um modelo social e econômico subtraído de qualquer forma de controle e decisão por parte dos trabalhadores e dos cidadãos.

A possibilidade, hoje, de autênticas relações mundiais pacíficas põe radicalmente em discussão este quadro. Vislumbra-se o caminho, que deve ser explorado com coragem, de uma economia realmente mundial que implica e acelera o declínio do Estado-nação e que, ao tornar superada a identificação entre a defesa de um modelo social e a de um “modelo de civilização”, torna possíveis novos processos de transformação qualitativa das sociedades existentes e oferece espaços inéditos ao processo de emancipação dos povos. É infundada a tese, portanto, de que o que hoje acontece é a vitória do capitalismo sobre o socialismo. Nós dissemos, e continuamos a dizer claramente, que o “socialismo real” tem produzido sofrimentos não menores do que aqueles contra os quais tinha se insurgido. E que, por isso, traiu a causa da libertação humana. Mas se um ciclo inteiro de luta tem se exaurido,



não deixam de ser atuais, dramaticamente atuais, como advertiu Norberto Bobbio, as demandas, os problemas que aquele movimento tem originado. E para estes problemas o Ocidente não tem soluções no bolso.

Nenhuma fase da história pode ser lida, aliás, como uma página vazia e sem sentido. Também as tentativas fracassadas carregam dentro de si uma verdade interna que não deve ser perdida e que tem, contudo, fecundado o próprio curso da história da humanidade. A questão, hoje, é a de saber responder a perguntas velhas e problemas novos. Bilhões de homens que vivem no Sul do mundo sofrem o subdesenvolvimento e a fome. A insurgência de fenômenos de racismo nas cidades do Ocidente industrializado é um reflexo preocupante desta trágica realidade.

Sistemas produtivos e de consumo dilapidadores e irracionais ameaçam golpear de morte o equilíbrio ecológico planetário. No coração do mundo desenvolvido multiplicam-se formas de desespero (que conduzem sempre ao maior uso das drogas), de doenças, de alienação, de violências. Eis por que não perdem impulso e vigor o objetivo e a luta por um mundo mais justo, de homens livres e iguais. Hoje, os interesses nacionais e os conflitos de classe devem ser enquadrados em uma política que coloque em primeiro plano o tema da sobrevivência do gênero humano. A urgência deste tema, em seus múltiplos aspectos, e a lógica da interdependência, levam a perseguir com a maior determinação a perspectiva de uma cooperação entre Estados diversos, até delinear verdadeiras e próprias formas de governo mundial. Tem sido essa a grande intuição de Gorbachov, transformada em extraordinária iniciativa política.

Tudo isso não significa, absolutamente, renunciar ao antagonismo ou aos valores do socialismo, ao contrário, significa torná-los historicamente concretos, dotá-los de uma nova dimensão universal. Dizer que a luta pelo socialismo não significa a passagem para um sistema definido e experimentado, mas um processo de transformação qualitativa dos modelos de desenvolvimento existentes, não quer dizer homologar-se mas definir-se as coordenadas de uma nova capacidade crítica, tornar imediatamente concretos e operantes os valores de fundo pelos quais se luta. Hoje, é fundamental compreender que a consciência socialista possui sua própria historicidade, assim como a possui o capitalismo.

A nossa tarefa, portanto, não é a de realizar uma espécie de recuo perante as dificuldades, mas, ao contrário, é a de expressar uma consciência crítica renovada e uma análise concreta das sociedades capitalistas, no contexto das relações internacionais sempre mais determinadas pela interdependência. Totalmente inédita é, sob este ponto de vista, a nova interdependência entre Ocidente e Oriente. Os processos em curso, e aqueles que se darão no Leste, irão influenciar, de maneira hoje decisiva, a evolução política do Ocidente e, em primeiro lugar, da Europa ocidental, e vice-versa. Aquilo que até agora se apresentava como o problema da relação com o campo socialista, apresenta-se, hoje, como "questão do Oriente", como uma questão que volta a interagir, de maneira mais direta e interna, com a história da Europa. Esta consideração nos leva a tornar ainda mais decidida e crua a crítica às maneiras com as quais foi conduzida a expe-

*Hoje, os interesses nacionais e os conflitos de classe devem ser enquadrados em uma política que coloque em primeiro plano o tema da sobrevivência do gênero humano.*

riência socialista nos países do Leste. Deixou-se, de fato, que se sedimentassem e se agravassem questões herdadas do fim da Primeira Guerra Mundial, que hoje podem levar ao surgimento de posições de direita, de forma a pesar, de maneira nefasta, sobre todo o quadro político europeu.

Este é o fracasso mais dramático do socialismo stalinista, a sua maior responsabilidade histórica. Aqueles regimes, com efeito, mesmo que de forma diversa, e que exigiriam análises históricas diferenciadas, têm hibernado, sem superá-los, antigos males. Em alguns casos têm deslocado para a direita o espírito público do país sobre o qual exercitaram seu domínio. E então, hoje, ao lado do sagrado impulso para a liberdade e a democratização, que devemos todos defender, afloram comportamentos e visões de tipo reacionário, manifestações de nacionalismo exacerbado e até de anti-semitismo; emergem de novo conceitos de um passado senhorial, e não faltam apelos a instituições bárbaras como a pena de morte.

Diante do que acontece, e dos riscos possíveis, não é suficiente, evidentemente, a condenação dos regimes que têm sido varridos da cena mundial. E, de resto, como nos meses passados, nós não temos, seguramente, nos limitado a isso, e trabalhamos, ao contrário, no sentido da procura de novos caminhos de desenvolvimento democrático. Hoje, é necessário fazer mais: intervir ativamente, antes de tudo, através da reorganização de toda a esquerda européia. Nisso, nós encontramos a razão fundamental de um novo ponto de partida. E não na necessidade, mais uma vez, de qualquer dissociação nossa, realizada há muito tempo, com relação ao regimes do Leste. É necessário combater o aflorar de posições de direita conservadoras que poderiam produzir contragolpes, hoje não mensuráveis, sobre o inteiro ordenamento político europeu e mundial. É necessário fazer com que os processos tumultuados hoje em curso encontrem sólidos canais de evolução democrática.

Uma análise atenta das dinâmicas presentes nos diz que, para esse fim, políticas de ajuda e cooperação, mesmo sendo de extrema importância, não são suficientes. São indispensáveis propostas originais e iniciativas de políticas internacionais que se conectem com a aceleração das políticas de desarmamento, a superação dos blocos militares, a unidade européia, a democratização e a abertura da Comunidade, a unificação alemã. Tudo isso envolve uma capacidade de resposta geral da esquerda européia e, por isso, também uma redefinição no nosso papel no seu interior. Existe uma interconexão profunda entre o futuro da esquerda, o ordenamento da Europa e a nova ordem mundial. A esquerda é chamada



a dar uma resposta avançada à complexa, e também dramática, fase de transição que a Europa é destinada a conhecer. Disso deriva a necessidade, para nós, sem mais nos limitarmos a cultivar visões nacionalistas de nossa originalidade, de desempenhar uma função ativa na esquerda europeia, hoje na relação com a Internacional Socialista e amanhã no seu interior. É neste contexto, de fato, que se afirmarão escolhas políticas de alcance histórico, para as quais será necessária a contribuição de nossa experiência, nossa elaboração, nossas idéias. Mas é também necessário que esta contribuição possa pesar realmente: a democracia não plantará raízes sólidas no Leste sem uma retomada forte de políticas reformistas na Europa, sem uma capacidade forte de iniciativa e agregação das forças progressistas e de esquerda de todo o continente.

Daqui deriva a exigência de que os fundamentos de um novo internacionalismo sejam postos. É é nesse quadro que se torna necessária nossa re colocação ideal e política. A nossa originalidade, bem preciosa e vital, não é suficiente para nos colocar como um pólo em volta do qual é preciso reconstruir uma nova esquerda europeia. A nossa peculiaridade, aliás, na medida em que corre o risco do isolamento, destina-se inevitavelmente a se tornar estéril. Ao contrário, ela pode continuar a dar frutos se posta em um terreno mais amplo e se se demonstrar capaz de abraçar, também na Itália, novas forças e diversas inspirações ideais e progressistas. É, então, com este espírito que nós nos propomos a fazer parte da Internacional Socialista: com o orgulho de nossa originalidade e autonomia, com a convicção de que é necessário, por parte de todos, ir além das fronteiras culturais e políticas das respectivas tradições, com a vontade firme de auxiliar para a agregação e a reorganização de uma euro-esquerda mais ampla que aquela de hoje, em condições de abraçar as novas forças reformadoras que crescem e podem amadurecer na Europa do Leste. Uma orientação deste tipo nos permitirá também influenciar mais decididamente na política externa de nosso país que deve, também ela, ser hoje adaptada e repensada perante desenvolvimentos tão profundamente novos.

Uma nova grande força, como aquela que queremos construir, deve saber expressar, como o PCI tem demonstrado, uma visão crítica e construtiva com relação às perspectivas da política externa italiana. Tratar-se-á, nesta esfera, de trabalhar com espírito unitário com relação às outras forças progressistas italianas e europeias, para passar de uma política centrada na realidade dos blocos que, por isso e nas condições dadas até o mais recente passado, estava justamente voltada para operar no sentido do degelo e da distensão entre eles, para uma política que saiba colocar-se, hoje, em sintonia com a fase dinâmica que se mantém aberta e que seja capaz de ampliar seus próprios horizontes à nova dimensão europeia e aos novos problemas mundiais; a compreensão dos novos problemas e da dimensão europeia colocará todos perante alternativas mais nítidas em política internacional; escolhas entre forças conservadoras e forças progressistas. Sua validade pode ser avaliada pela análise daquela que é, hoje, a questão crucial da política europeia, a questão alemã.

A nossa guinada partiu dali, porque dali veio o sinal de que uma época da história, baseada no bipolarismo e na divisão da Europa, estava em seu ocaso e que estávamos no

*Tudo isso não significa, absolutamente, renunciar ao antagonismo ou aos valores do socialismo, ao contrário, significa torná-los historicamente concretos, dotá-los de uma nova dimensão universal.*

limiar de um novo ponto de partida comum. Isso dissemos com rapidez. Assim como, depois de ter afirmado que era necessário "levar em consideração a perspectiva da unificação alemã", temos colocado com total clareza duas teses: que os problemas do pós-Yalta não podem ser enfrentados senão a partir do reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, inclusive o alemão, e que a questão alemã não poderá ser positivamente resolvida senão no quadro de um processo de integração europeia. São duas teses que confirmamos e que consideramos de extrema importância, com relação a uma discussão em curso que está aberta e na qual se confrontam posições também muito diversas entre si.

Nós concordamos com aquilo que recentemente tem dito Lafontaine: "Visto que a Alemanha é uma parte da Europa, quem se faz promotor da união europeia está automaticamente a favor da unidade alemã. Esta frase não pode ser colocada ao contrário e é este o equívoco no qual incorrem os conservadores". Um equívoco perigoso, no qual o chanceler da Alemanha Federal, o senhor Helmut Kohl, parece cair sempre. É, então, necessário pensar a unificação alemã no quadro da unificação europeia. Os dois processos de unificação, o alemão e o europeu, são e devem estar estritamente ligados e interdependentes. Consideramos decisivos, por isso, dois elementos:

1) a ligação da questão alemã com a aceleração do processo de integração econômico-monetário e sobretudo de união política e de democratização da Comunidade Europeia;

2) a ligação estreita entre a unificação alemã e o processo de unidade europeia, seguindo a via mestra traçada pela Primeira Conferência de Helsinque, até colocar a Alemanha no complexo de um sistema único de segurança comum para a Europa, a ser definido na Conferência de Helsinque 2, no decorrer de 1990. O esforço deve ser o de dosar o direito à autodeterminação dos povos, e por isso também do povo alemão, com o direito à segurança para todos os países — e isso envolve um reconhecimento claro e imediato das fronteiras polonesas e a inviolabilidade das fronteiras — e com o processo de superação dos blocos, com vistas a uma ordem europeia de paz e segurança.

Esta perspectiva nos coloca à frente da hipótese de uma Alemanha neutra; hipótese que pressupõe a permanência dos blocos, e que se move ainda na preeminência do velho Estado-nação, e arrisca quebrar a relação entre a unidade alemã e a unidade europeia e entre o processo de desmilitarização da Alemanha e o europeu. Uma perspectiva que, igualmente — e também nisso nós concordamos com Lafontaine, "tor-



na-se anacrônico que se peça uma Alemanha unida na Otan". Esta última escolha, sem uma profunda transformação das alianças, na prática uma pura e simples extensão da Otan à Alemanha do Leste, alterando unilateralmente os equilíbrios, ameaçaria fortalecer todas as tendências moderadas e conservadoras tanto no Leste como no Ocidente, poderia danificar seriamente o processo reformista na URSS, alimentar o fenômeno do nacionalismo e os impulsos à fragmentação na Europa Oriental.

Trata-se de pensar em termos novos, à altura dos processos em curso: desarmamento, exaustão dos blocos, de unidade européia. Neste quadro, a hipótese levantada algum tempo atrás por Mitterrand poderia ser significativa e realista. A de visar uma confederação que una em uma permanente organização de paz e cooperação toda a Europa, e assim trabalhar para uma abertura progressiva da CEE em direção ao Leste, além do que, no Ocidente, tendo como meta a construção da casa comum européia dos Estados Unidos da Europa.

Definir posições comuns, construir uma iniciativa rigorosa da esquerda européia sobre a questão alemã, é hoje uma tarefa fundamental de todas as forças reformadoras européias. Uma tarefa que, se realizada positivamente, pode ser acompanhada por um sucesso das forças de esquerda nas próximas eleições na RDA e favorecer uma vitória da SPD para o Bunderstag, dois sucessos que todos nós firmemente desejamos. Essencial, então, como eu diria, é trabalhar com coerência para que a política comece logo a se movimentar além do velho esquema dos blocos.

Isso significa pensar um novo equilíbrio mundial multipolar no qual caiba à Europa um papel original de cooperação e paz. Somente um equilíbrio como este poderá se constituir na base política para aquele governo mundial, do qual já falamos ao XVIII Congresso, e que é objetivo decisivo na época da interdependência. Somente num quadro de governo mundial fundado no multipolarismo que exclua qualquer hegemonismo, serão possíveis equilíbrios internacionais que procurem resolver e não agravar a questão Norte-Sul, e dar aos problemas e aos conflitos a ela ligados soluções pacíficas e não de tipo militar.

Vai nesta direção a solução que se projeta para a África do Sul após a libertação, afinal, de Nelson Mandela, que nós saudamos com emoção e esperança, como uma vitória de todas as forças da paz e do progresso. Deve ir naquela direção o processo em curso na Nicarágua, fora isto é de hipotecas de força, no pleno respeito da manifestação popular e da soberania nacional e dentro do processo de democratização encaminhado por Ortega, a quem vai a nossa saudação e a nossa solidariedade pela coragem e lealdade com as quais soube combater no terreno de uma luta revolucionária e de libertação e da competição democrática. E sempre nesta ótica deverá ser enfrentada também a questão médio oriental que no curso dos anos veio produzir, por círculos concêntricos, uma faixa de instabilidade sempre mais ampla e perigosa. Também aqui, devem ser reconhecidos os direitos do povo palestino e de sua principal organização, a OLP, porque o direito à autodeterminação deve valer para todos os povos. Devem-se desenvolver todos os processos de cooperação da Europa em direção aos países da área, e é necessário lançar

*a democracia não plantará raízes sólidas no Leste sem uma retomada forte de políticas reformistas na Europa, sem uma capacidade forte de iniciativa e agregação das forças progressistas e de esquerda de todo o continente.*

de novo a idéia de conferências internacionais, politicamente bem preparadas, em condições de enfrentar, na nova situação a complexidade dos problemas do Oriente Médio, garantindo a segurança de cada Estado, inclusive o de Israel. Esta é e permanece sendo a nossa posição, que não suaviza e nunca suavizou os juízos severos de nosso partido, e de muitas outras forças européias, sobre a política e os comportamentos do governo israelense.

Tudo o que tenho dito pode dar vida a um programa a ser discutido e decidido com as outras forças da esquerda européia. Neste quadro, banco de teste decisivo é a aceleração das políticas de desarmamento, fator essencial para a definição de uma nova e equilibrada ordem européia e mundial. A aceleração do desarmamento, hoje, não somente é necessária para impedir uma catástrofe atômica, mas para afastar outras catástrofes, para responder às grandes contradições globais, para deslocar o mais rapidamente possível recursos significativos em direção à solução dos grandes problemas da humanidade: a fome e a extrema indigência de bilhões de seres humanos, agravadas continuamente pelo fardo sempre maior da dívida, da droga, do subdesenvolvimento, da defesa do ambiente.

É, então, necessária e urgente uma iniciativa, também no quadro de uma Helsinque 2, para criação de um *pool* de recursos para a cooperação ao desenvolvimento do Sul e do Leste, alimentado pelas novas disponibilidades que derivam da redução da despesas com os armamentos. Não ignoramos os problemas e os custos da reconversão das indústrias "de guerra" para indústrias "de paz", mas se considerarmos que em 1985 "as despesas militares mundiais alcançaram um total de 940 bilhões de dólares, um pouco mais que a renda total da metade mais pobre do planeta" — como nos lembra o histórico Paul Kennedy —, aquela iniciativa não pode realmente parecer utópica. Pensamos que a Comunidade européia possa e deva assumi-la e que o governo italiano e a Internacional Socialista possam estimulá-la e propô-la — cada um nas próprias sedes.

É possível mobilizar uma massa importante de recursos que poderiam ser utilizados para encaminhar um verdadeiro e próprio curso novo, econômico e político, em escala mundial. Deve, para tal finalidade, levar a campo e fazer crescer uma nova frente, um novo grande movimento pacifista, uma renovada iniciativa de massa, que relacione o objetivo do desarmamento com a solução das grandes questões globais, contribuindo assim, também ele, com a luta pela criação de um governo mundial. O princípio da guerra como continuação da política por outros meios pertence, hoje, ao passado. A não-violência é, pois, a idéia-força de um novo internacio-



nalismo, o critério supremo de uma nova ordem mundial.

É, portanto, necessária uma ampla e forte iniciativa, de tal forma a combinar a iniciativa diplomática, a ação das forças políticas, a intervenção dos povos, dos movimentos e dos homens, em favor da política de desarmamento e de sua aceleração. Ir além da guerra significa também formar uma cultura de paz que significa, por sua vez, a superação da doutrina do aniquilamento. Uma superação que pode ser favorecida também por atos unilaterais que facilitem e estimulem as iniciativas políticas e diplomáticas necessárias. Devemos compreender todos que o que aconteceu em 89 coloca o conjunto das questões políticas internacionais em uma nova perspectiva.

A dinâmica internacional imprimida pelas opções de Gorbachov, que virou às avessas todos os principais esquemas de Brejnev — a renúncia à política de força e o reconhecimento do princípio de independência nacional, o método de resposta assimétrica e a opção decidida em favor da colaboração entre as grandes potências no lugar da divisão em esferas de influência, a perspectiva de um mundo apaziguado e da cooperação entre todos os povos — tudo isso propõe uma revisão profunda de toda a organização das relações internacionais.

Coloca-se, portanto, na ordem do dia, e de maneira mais próxima do que no passado, a necessidade de uma profunda transformação, antes de tudo, das funções e sistemas de alianças militares, em direção a sua superação. Qualquer observador político atento compreende muito bem que tal exigência é reforçada e torna-se mais urgente pelas modificações nos ordenamentos sociais e políticos dos países do Leste e pelo progressivo gravitar de muitos deles em volta da CEE.

Como recentemente tem afirmado Brandt: “A Europa mudou. Quem poderia ainda dizer que a Hungria, a Polônia, a Tchecoslováquia, a RDA, são posições inimigas? Não sei para onde irá tudo isso; mas penso que estes elementos objetivos são suficientes para pedir à OTAN uma revisão das próprias concepções”. E isso é tão necessário, quanto é perigosa e fonte de graves instabilidades uma separação entre os desenvolvimentos acelerados da situação política, no Leste e no continente todo, se permanecerem os velhos esquemas no campo de segurança e das estruturas militares. É decisivo, se não se quer que o atual dinamismo político redunde em êxitos negativos e regressivos, que sejam as decisões políticas, e não as relações de forças militares, a desenhar o rosto da nova Europa. Isso significa uma profunda inovação nas idéias sobre segurança e defesa.

Esta é uma compreensão que está amadurecendo e com a qual nós devemos contribuir, fazendo-a amadurecer ainda mais na esquerda européia. A compreensão do quanto de positivo, hoje, está acontecendo e de quanto ainda pode acontecer é também, em parte, o fruto da luta tenaz e da política correta e paciente que o nosso partido tem conduzido no curso destes anos. No conjunto da esquerda européia assume sempre mais relevo o princípio da segurança comum, pelo qual cada parte reconhece na outra o direito à existência e à capacidade de garantir a paz. É este um bom ponto de partida para ir além da lógica da contraposição entre blocos. A nova idéia de uma segurança comum indica como objetivo, não somente histórico mas político, em torno do qual é preciso

concentrar todos os novos esforços, a eliminação de todos os meios de destruição de massa e, sobretudo, os nucleares. Esta linha deve conduzir a algumas escolhas também de caráter imediato.

Todos os programas de modernização de tais armas devem ser suspensos; os novos limites a serem alcançados, o mais rápido possível, deveriam ser fixados, tendo finalmente em conta os conceitos de dissuasão mínima e de suficiência de meios (a serem contados às dezenas e centenas ao invés de milhares); mas a própria dissuasão mínima deve ser entendida somente como uma etapa em direção a um avançado projeto de segurança comum que faça prevalecerem sempre mais as medidas de controle e confiança sobre as do aniquilamento e da dissuasão, que torne possível a ampliação das áreas desnuclearizadas e conduza à superação total da arma nuclear como meio de defesa. Ao lado disso, é necessário avançar em todas as negociações que dizem respeito à redução e à abolição de outras armas, a começar das químicas. Assim como, fazendo pressão para que seja concluída, nos próximos meses, a negociação em curso na cidade de Viena e para que seja iniciada imediatamente uma segunda negociação, deve-se chegar a uma drástica redução e a uma reestruturação radical, como formulação defensiva, das forças convencionais.

Neste quadro, é mais que oportuno um salto de qualidade nas decisões internacionais, relativas ao comércio de armas e à reconversão da indústria bélica. No que diz respeito ao tema do desarmamento na Itália, são claras as posições que temos assumido, sobretudo acerca dos F16. Acho, a propósito, que se deve tornar nossa a plataforma unitária do movimento pacifista calabrês, com o qual tive recentemente um importante e apaixonado encontro, por ocasião de uma das maiores manifestações pela paz, pelo desarmamento e contra a instalação dos F16, — uma manifestação nunca vista na Calábria.

Disse em Crotonc: “Estamos pedindo ao governo italiano uma iniciativa apropriada, nas instituições internacionais, para que se evite a instalação dos F16. Estamos pedindo que durante este tempo sejam suspensos — imediatamente! — os programas de construção da base aérea. Que ele realize, se necessário, um ato unilateral”. Isso quer dizer que a nossa proposta é, fundamentalmente, que a Itália suspenda a construção da base de Crotonc e que, ao mesmo tempo, declare a indefensabilidade política daquela decisão, e lute por uma solução — na mesa negociadora de Viena — que leve ao abandono desta decisão. No caso de as negociações em Viena não virem a se decidir pela redução daqueles tipos de aviões, a Itália deverá, de qualquer modo, junto à OTAN, conseguir que os F16, atualmente instalados em Torrejon, não sejam transferidos para o nosso país. Sobre este tema manifestaram-se, no debate interno, divergências que não nascem da discussão sobre a nova formação política, mas que se apresentam ao interno de nosso partido por aquilo que ele é hoje. Trata-se de divergências, na minha opinião, que são fruto de equívocos e exacerbações que podem ser facilmente superadas.

A substância é a nossa luta em todos os terrenos, aquela de massa, do ato unilateral e da negociação internacional contra a instalação dos F16 na Itália. Com efeito, consideramos esta uma decisão importante para permitir que a Itália



e a Europa possam desempenhar um papel de paz na área do Mediterrâneo. Em geral, mas sobretudo com relação a esta área, é necessário promover a renegociação de um acordo geral sobre as bases da Nato e norte-americanas na Itália, e pressionar por um processo de desarmamento acelerado na área. Em particular, com relação à base de Magdalena propõe-se uma negociação para a superação do acordo, e esta proposta deve ser defendida por um movimento de opinião de massa. Fazer do Mediterrâneo um mar de paz deve ser nosso compromisso prioritário. Além disso, deve-se intervir para que se afirme, em nosso país, uma nova estratégia e um novo sistema de defesa e, conseqüentemente, uma reestruturação das Forças Armadas.

Tudo isso pode e deve levar a um substancial corte nas despesas com os armamentos, a uma redução de seis meses no serviço militar e a uma potencialização do serviço civil.

## II — UM PROCESSO CONSTITUINTE DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA ITALIANA QUE LEVE À DEMOCRACIA DA ALTERNATIVA.

O ano de 1989 tem sido, então, um ano de extraordinárias novidades no cenário mundial, e do surgimento de novas e grandes esperanças. Na Itália, ao contrário, com o governo Andreotti, tem sido um ano assinalado por um bloqueio sempre mais sufocante do sistema político. Nós afirmamos, por isso, que ao novo ponto de partida internacional deve corresponder um novo ponto de partida nacional. A nossa reflexão, a nossa iniciativa, se concentra neste objetivo. A força intelectual, cultural e política dos comunistas italianos deriva daquela capacidade de reconhecimento nacional que o nosso grande mestre, Antonio Gramsci, nos ensinou a praticar. Graças àquela lição, temos conseguido interpretar a sociedade italiana em suas transformações progressivas e individualizar as forças motoras da “revolução italiana”. Em todos estes anos temos realizado esta ação no quadro de uma referência internacional dada, marcada pela contraposição entre o Ocidente e o Leste, e pela forte realidade do Estado-nação. Mas hoje são exatamente estes dados fundamentais de referência que mudam, e para todos. Hoje, a nossa capacidade de “reconhecimento nacional” deve se desenvolver num cenário de “reconhecimento europeu”. E é tendo firmemente presente este cenário maior que é necessário criar as condições de uma alternativa de governo do País, em uma sociedade mais complexa e muito mais integrada com a Europa.

Se no Leste caiu uma determinada concepção de poder, de partido único e de Estado, se na URSS o próprio Gorbachov, numa decisão de extraordinária importância, abre o caminho ao pluralismo, também aqui no Ocidente os processos de internacionalização da economia, os fenômenos da concentração, o peso sempre maior da empresa transnacional, a sua função não somente econômica mas política, cultural, e as tendências a novas formas de domínio procedentes destes aspectos todos; pois bem, tudo isso coloca de novo, em termos inéditos, o problema do poder e dos poderes, a questão da relação entre economia e política e a entre liberdade e democracia. A questão central é, portanto, a questão do Estado,

*E é com relação a estes problemas que pode consolidar-se hoje não uma simples mudança de guarda da classe política, mas uma alternativa de classes dirigentes na direção do País.*

das instituições. A dimensão em que se põe esta questão é a europeia.

E é com relação a estes problemas que pode consolidar-se hoje não uma simples mudança de guarda da classe política, mas uma alternativa de classes dirigentes na direção do País. Também aqui na Itália, portanto no Ocidente, é necessária uma reforma radical da concepção do poder e do Estado. A atual classe dirigente italiana está presa, hoje, a vínculos colocados por um bloco de interesses sociais, econômicos e políticos, que veio se constituindo em nosso País. As tendências à “financiarização” da economia, à concentração, à despesa pública usada como instrumento de apoio, os golpes desferidos contra o poder sindical, são uma face desta realidade. A outra é aquela constituída por um sistema político sem alternativa, baseado na consorciação conflituosa entre os partidos do governo e na sua progressiva e tendencial identificação com o Estado. Esta realidade nos leva a conceber a política de alternativa como um processo dinâmico, de forma a decompor o bloco de poder e os atuais equilíbrios sociais, deslocar forças e sujeitos da mudança, construir e ampliar uma frente reformista. A escolha, portanto, não está entre baixar a cabeça perante o PSI ou pensar um certo tipo de alternativa comunista. Se assim fosse, o discurso sobre a alternativa se reduziria, quem sabe por quanto tempo, a uma pelega politicista, à política-espetáculo, a um inconcludente torneio verbal entre líderes.

O discurso sobre a alternativa torna-se concreto, e se faz visível e ativa a relação entre lutas sociais e os direitos da cidadania, da mudança institucional, da perspectiva política. Nós sabemos, isso está claro por aquilo que eu disse até agora, que não existe uma sociedade boa e uma política má. Nós dizemos, porém, que se sente, hoje, a necessidade de uma glasnost italiana, que ponha a nu poderes ocultos e transversais e que dê visibilidade e voz aos direitos dos cidadãos. Esta glasnost chama-se possibilidade de alternativa, mais poderes de decisão e controle por parte dos cidadãos, nova condição estatutária. Eis o grande valor de uma luta, forte e unitária, por uma profunda reforma institucional. Este é o significado de fundo da reforma política e de uma reforma eleitoral que desloque o poder de decisão em direção aos cidadãos, os quais devem ser postos em condição de poder escolher não somente um partido, mas os programas e os governos. Dessa maneira, a reforma institucional e dos partidos torna-se o caminho concreto para enfrentar a questão moral que é uma pedra angular sobre a qual deve-se fundar uma nova formação política.

A nossa própria virada política assume um valor mais geral e nacional porque tenciona promover um processo constituinte da sociedade e da política italiana. A nossa ambição é a de falar à sociedade italiana. A grande força, a aposta



histórica de uma esquerda renovada está em individualizar e apontar ao País “a Itália que queremos”, no quadro daquela Europa unida cujo caminho deve carregar sempre mais a marca da esquerda e sua capacidade de dar solução às grandes questões como o emprego, a reforma do Estado social, a democracia econômica, a reestruturação ecológica da economia, a superação da divisão sexual do trabalho. Também a histórica questão meridional deverá ser enfrentada sempre e mais no quadro europeu e no interior de um projeto de reforma do Estado. É necessário quebrar as grades do sistema consorciativo de poder que distribui favores e constrói clientelas. Um sistema de poder sobre o qual, sempre mais, se alarga a sombra dos poderes ilegais e criminosos.

Novo meridionalismo, hoje, quer dizer antes de tudo batalhas de libertação do *Mezzogiorno* da teia de aranha das muitas estruturas de poder que, pairando acima de qualquer controle democrático, pesam como um manto sobre a sociedade civil. Novo meridionalismo quer dizer luta por uma reforma democrática e por uma intervenção de Estado que invista em grandes projetos para os transportes, as telecomunicações, a cultura e a Universidade, os serviços sociais, o ambiente, enfrentando acima de tudo a questão das águas. Em uma situação que ameaça adquirir, hoje, em enormes áreas do Sul, a marca da destruição antidemocrática, nós dizemos que é indispensável um esforço convergente de todas as energias nacionais para uma grande obra de saneamento, de desenvolvimento econômico, social e político do *Mezzogiorno*.

Eis, então, o alcance da virada política que propomos a nós mesmos e ao País. Somente esta ambição histórica dá à alternativa um significado que vai muito além das artimanhas do politicismo, das fórmulas e das siglas, dá à alternativa uma orientação, um eixo de projeto e programa, de forma a se constituir em um divisor de águas na história da Itália. Somente na perspectiva desta grande descontinuidade histórica, que envolve uma substituição efetiva das classes dirigentes, tem sentido querer fundar algo de novo nas instituições e partidos. Se não fosse essa a nossa ambição — construir uma classe dirigente para a sociedade italiana que se encaminha em direção à Europa 2000 —, então poderia ter razão quem diz que não vale a pena deixar o certo, à custa de sofrimento, para o incerto. Uma nova força para a esquerda italiana tem sentido somente se responder a um problema nacional, se intervier num momento de vida nacional, candidatando-se a projetar e dirigir o futuro. Nós propomos contrapor ao atual bloco social e político moderado uma frente política e social autenticamente reformada. É esta a perspectiva que permite individualmente aliados e adversários. Mas a leitura, a individualização de aliados e adversários, exige uma reinterpretação totalmente original da sociedade italiana e, ao mesmo tempo, um programa claro de ação. Neste sentido, é irrenunciável a exigência de as decisões políticas e programáticas individuais serem colocadas no interior de um projeto. A política como fragmento, como somatória de exigências, de opções programáticas individuais e de movimentos, perante quem exercita o controle e o poder sobre o conjunto dos processos sociais, cria, com efeito, subalternos. É indispensável, então, um programa que seja tanto de luta como

*A nossa própria virada política assume um valor mais geral e nacional porque tenciona promover um processo constituinte da sociedade e da política italiana.*

de governo, que possa orientar a iniciativa política tanto no caso de estarmos na oposição, quanto de chegarmos ao governo do País. Este é o critério que deve guiar uma força que não seja nem politicista nem movimentista, mas seja seriamente reformadora, não apenas nas palavras, mas nos fatos.

O que há de melhor do patrimônio cultural do PCI nos pode auxiliar nesta obra de análise e formulação; a concepção, que sempre foi nossa, da política como projeto histórico, a crítica entendida como capacidade de ler os processos reais com rigor científico e análises diferenciadas; a originalidade das nossas experiências no governo local do País; o fato de ter sempre tentado formar grupos dirigentes, não somente no partido, mas também no governo; todas estas qualidades nossas pedem, hoje, uma contaminação com outros componentes ideais e políticos da esquerda, que enriqueçam a nossa visão articulada e que representem também pessoas em condições de contribuir para uma obra de reforma e de governo das instituições. No curso deste debate congressual foi perguntado por muitos companheiros (e em particular pelo companheiro Ingraio) qual formação política queremos promover e com quem queremos construí-la. A este respeito gostaria, antes de tudo, de reafirmar uma convicção que adquire um significativo valor preliminar. A convicção é que, hoje, de qualquer modo é decisivo redefinirmos, nós mesmos, a relação com um projeto que visa juntar novas energias e recolocar em movimento todas as forças de uma esquerda disseminada e atualmente dispersa, às vezes desanimada. A incrível aceleração da situação política geral e as tarefas novas, para nós, que decorrem dela, nos levaram a pensar que o projeto de refundação e retomada da esquerda que é hoje indispensável não poderá se realizar através de simples ampliação e fortalecimento do PCI.

Trata-se, ao contrário, de dar partida, através do que quis chamar um ato fecundo, a um processo de agregação de uma esquerda renovada, não esperando, mas determinando fatos políticos para depreender e fazer emergir potencialidades, disponibilidades, forças que sozinhas não conseguem se tornar visíveis. A adesão manifestada por novas potencialidades militantes, por forças intelectuais, mas também por setores importantes da classe operária e do mundo do trabalho, a criação de numerosos clubes em todo o País pela constituição da nova formação política, a atenção demonstrada por forças significativas do catolicismo democrático e pela própria hierarquia eclesiástica, o interesse do mundo ambientalista, a vontade de colaboração manifestada pelos radicais, as convergências havidas com as forças do associacionismo, o abrir-se, no todo, destas áreas culturais, sociais e políticas italianas, pois bem, tudo isso se constitui em um resultado realmente não pouco significativo da nossa iniciativa. Penso que não possa e não deva fugir a nenhum de nós o fato de que temos causado grandes expectativas em todas aquelas forças que,



não compartilhando a política do pentapartido, pensam que o nosso colocar-nos em jogo, o nosso abrir-nos às expectativas de uma esquerda disseminada para uma nova e mais aberta relação com forças e organizações econômicas e sociais, possa finalmente criar as condições concretas para destravar o sistema político, para originar uma profunda reforma da política e da vida democrática. Continuo a considerar importante uma aproximação cultural e política que vai além da certeza, própria de um pensamento político velho, segundo a qual as agregações possíveis não podem se dar a não ser com entidades já existentes e bem definidas. Estou convencido de que todos nós devemos evitar subestimar a possibilidade de que processos políticos inovadores possam contribuir para fazer nascer energias, fazer surgir relações. Tudo isso leva a fazer aquilo que eu considero um desafio, ao mesmo tempo fascinante e responsável. Este desafio que temos definido como "o novo ponto de partida". Dito isso, considero todavia ser não somente um dever, mas uma clarificação, refletir sobre as dúvidas, interrogar-se sobre os riscos e, gostaria de dizer, sobre as suspeitas que se foram manifestando no debate congressual. Algumas suspeitas, se não verdadeiros atos de acusação, têm sido, provavelmente, artificialmente colocadas no fogo de uma acesa luta política.

Mas, além disso, entendo bem que perante uma proposta sem dúvida radical tenham surgido interrogações e também inquietações relativas ao nosso destino. Alguns tiveram medo que a nossa proposta pudesse se limitar à procura de um atalho em direção ao governo e que para tomar este atalho estaríamos dispostos a renunciar a algo de substancial do nosso modo de ser, de nossa natureza de força reformadora; tem-se denunciado o perigo de que se pudesse acabar derivando, mesmo não querendo-o, para posições de irremediável subalternidade a outros e ao sistema dado de poder. Foram mencionados os riscos da homologação, do abrandamento de nossa fisionomia e presença antagonista, do enfraquecimento de uma visão da política como experiência de massa, em favor de uma política mais "leve", talvez baseada no primado da imagem. Trata-se de temores e interrogações aos quais não tenciono, realmente, subtrair-me. E tenho a compreensão de que é necessário fornecer a eles uma resposta a mais convincente possível. Todavia, não acredito absolutamente que a proposta de dar vida a uma nova formação política signifique um deslize — como se teria dito antigamente e da maneira a mais direta — para o terreno do oportunismo, da renúncia e do esmorecimento.

E, todavia, estou convencido de que uma resposta como esta, para resultar convincente, não pode contar somente com a boa-fé e as boas intenções de cada um de nós, que espero não estejam em discussão, mas pode ser confirmada através da definição dos *elementos fundamentais* da própria concepção que temos da nova formação política, das *motivações de fundo* que nos induzem a considerá-la necessária, do *programa* sobre o qual ela deve se basear. Mas isso significa, portanto, que *tudo depende do modo como enfrentaremos e resolveremos juntos e democraticamente a questão dos conteúdos, dos programas e dos valores que deverão se constituir na fisionomia essencial da nova formação política, a partir do momento em que nada é predeterminado e nada pode fugir das mãos deste nosso grande organismo políti-*

*Este é o critério que deve guiar uma força que não seja nem politicista nem movimentista, mas seja seriamente reformadora, não apenas nas palavras, mas nos fatos.*

co. Naturalmente, como já acontece em nosso partido, não haverá, não poderá haver, um acordo unânime sobre todos os aspectos programáticos, e a confrontação interna deverá se desdobrar, como veremos sucessivamente, na base das regras de um partido democrático, aberto e pluralista. *De qualquer modo, torna-se necessário um acordo de fundo sobre as razões do nosso estar juntos e do nosso encontrar-nos com outros.* Isso envolve um aprofundamento do programa fundamental, uma clara indicação da *função nacional e europeia que queremos exercer, dos valores e objetivos de fundo que devem guiar a nova formação política* e que devem definir sua natureza e suas características essenciais. Por isso sinto que é necessário fixar alguns *pressupostos da fase constituinte*, nos avaliando pelas perguntas que foram colocadas: para quê, com quem, com que partido e como?

### III — OS PRESSUPOSTOS DA FASE CONSTITUINTE

A contaminação entre as culturas populares e progressistas do nosso país, a cultura amadurecida na experiência original do *comunismo italiano*, a do *reformismo liberal, democrático e socialista*, a do *catolicismo social e democrático*, e aquelas *novas*, ligadas à temática do ambiente, da *diferença sexual, da não-violência*, pode ser o caminho capaz de nos permitir individualizar, já hoje, alguns princípios e idéias fundamentais que podem iluminar, na fase constituinte, a procura e a elaboração do programa fundamental da nova formação política.

Gostaria, a este propósito, de lembrar o que disse Gorbachov, em seu discurso em Roma: "O caminho de saída, hoje, está na espiritualização da vida, no repensar da relação do homem com a natureza, com os outros homens, consigo mesmo. É necessária uma revolução na consciência. Somente sobre esta base formar-se-ão uma nova cultura e uma nova política adequadas aos desafios dos tempos. Nesta prova, no cumprimento desta tarefa de alcance histórico e universal, os valores morais eternos, as simples leis de moralidade e humanidade, como as definia Marx, funcionarão como ponto de referência". *Limite-me a indicar algumas idéias-força fundamentais, algumas idealidades, interligadas com a iniciativa programática necessária, que desenvolvem o que já tinha sido afirmado no XVIII Congresso e que já podem significar a premissa de um programa fundamental possível de ser aprofundado na fase constituinte, com a contribuição de todo o partido e com quantos tencionam participar da construção da nova formação política.*

A relação entre idealidades e programa deveria, com efeito, configurar um partido que foge do duplo risco do ideologismo e do mero pragmatismo. Trata-se de unir, pela primeira vez na história da humanidade, dois grandes ideais que no nosso



século permaneceram divididos e contrapostos: o ideal da liberdade e o da igualdade. Hoje, que desaparece a lógica dos blocos e esvazia-se, portanto, o sentido das tradicionais contraposições ideológicas, podemos ver claramente como no Leste a falta de liberdades produziu custos e sofrimentos humanos enormes, impedindo a própria igualdade de se afirmar, e vemos claramente como no Ocidente o defeito da igualdade tem procurado continuamente reduzir a liberdade à vontade de domínio, e tem impedido uma expressão plena e universal da própria liberdade. Esta contraposição está na origem de outras: entre Estado e mercado, socialismo e democracia, considerados, de vez em quando, e respectivamente, um como o bem, o outro como o mal.

O desaparecimento das velhas barreiras unifica o mundo e deve levar também à superação da contraposição entre liberdade e igualdade. É central, por isso, o chamamento ao valor da solidariedade, que remete ao da fraternidade, valor não por acaso negligenciado entre aqueles proclamados pela Revolução Francesa e que hoje pode, ao contrário, se constituir em uma mediação entre o valor da liberdade e o da igualdade. A fraternidade abre, com efeito, a liberdade à igualdade e torna possível esta como livre escolha.

O valor da solidariedade, como expressão social da fraternidade, pode ser a base de um novo pacto de cidadania, de um pacto entre cidadãos enquanto homens, membros de uma comunidade social, que supera a contraposição abstrata entre democracia formal e democracia substantiva. Pode ser o valor-guia de uma estratégia de afirmação dos direitos de cidadania e de democratização integral da sociedade e de cada aspecto seu. Pode ser a idéia-guia de um programa político eticamente fundado sobre o valor e a dignidade da pessoa humana. E é original e imprescindível, neste terreno, a contribuição que nos chega da experiência religiosa, também ela chamada, hoje, a avaliar-se pelas novidades postas por esta extraordinária fase de nossa história.

A nossa indagação deve, então, ser orientada para a definição de uma política de tal forma a realizar uma relação de interdependência entre liberdade e igualdade, público e privado, processo de acumulação e necessidades humanas, socialismo e democracia. Uma síntese mais elevada que resume a nossa idéia de democracia como caminho para o socialismo e o nosso projeto de democratização integral da sociedade. Se assumíssemos outras óticas — por exemplo a da velha contraposição entre movimento comunista e capitalismo — teríamos muitas dificuldades de julgar coerentemente seja o que acontece ao Leste seja o que acontece no Ocidente, onde se abrem contradições inéditas que atravessam a sociedade inteira e põem em movimento novos sujeitos muito cientes de sua originalidade e autonomia. A elaboração das idéias-força de um programa fundamental deveria, portanto, partir da convicção de que interdependência, democracia e solidariedade são princípios estritamente ligados.

Uma democracia sem solidariedade, com efeito, contradiz continuamente a si mesma e ameaça tornar-se a democracia dos fortes, que exclui e ignora os fracos. Mas é exatamente por causa disso, e em relação com as contradições e nossa época, que a conexão entre liberdade, igualdade e solidariedade pode produzir uma visão unitária da libertação humana.

*Uma democracia sem solidariedade, com efeito, contradiz continuamente a si mesma e ameaça tornar-se democracia dos fortes, que exclui e ignora os fracos. Mas é exatamente por causa disso, e em relação com as contradições e nossa época, que a conexão entre liberdade, igualdade e solidariedade pode produzir uma visão unitária da libertação humana.*

A libertação humana é, no Leste como no Ocidente, o objetivo fundamental para o qual deve ser dirigida a democratização geral da sociedade. Somente a grande perspectiva da libertação humana pode fornecer a uma formação política verdadeiramente reformadora aquele horizonte ideal amplo e aquele alento programático que a coloquem no terreno da transformação efetiva da sociedade.

Neste sentido, é primordial a contribuição que veio do movimento de libertação da mulher, o repensamento radical — típico do pensamento da diferença sexual — das relações entre igualdade e diversidade, identidade e diferença. Da mesma forma como sai do pensamento e das práticas das mulheres a exigência de individualizar um equilíbrio entre liberdade e consciência do limite. Este também é um percurso que conduz a uma nova responsabilidade com relação a nós mesmos, aos outros e à natureza. Sobre estas bases é possível pensar numa primeira síntese da consciência das mulheres, da ecologia, da não-violência e de uma moderna consciência do trabalho, como eixo de um projeto de libertação humana. Como dissemos no XVIII Congresso, o homem tem conquistado o planeta, não existem mais “novas fronteiras”; agora, porém, o homem deve demonstrar saber conservá-lo se quiser conservar a si mesmo. Esta é a nova fronteira.

Uma relação não-violenta e solidária com a natureza envolve uma idéia de segurança que vai além do dilema, certamente decisivo, entre a paz e a guerra. Ela envolve uma cultura política que se coloque, hoje, além da referência Estado, “nacionalisticamente” entendido, e que se oriente para a construção de uma comunidade internacional mais forte e solidária. O Estado-nação tem se tornado anacrônico em relação ao desenvolvimento econômico, social, civil e político. Ele deve ser substituído, progressivamente, pela idéia de entidades federais transnacionais, às quais deve corresponder um enriquecimento, em termos de poderes e funções, das autonomies e poderes regionais locais. A nova formação política deverá agir nesta perspectiva, que se aproxima daquela de um governo mundial (a se realizar em torno da ONU) e que enfrente os grandes desafios globais de nosso tempo, o desafio ambiental, o do Norte-Sul, o da guerra à droga.

Esta é a necessária e nova colocação do internacionalismo tradicional do movimento operário. Alguns pontos-chaves deste novo internacionalismo podem ser:

- 1) o princípio da segurança global e a superação dos blocos;
- 2) o desmantelamento dos arsenais militares; o abandono



da lógica do aniquilamento e a superação do próprio conceito de inimigo;

3) a paz como não-violência, convivência, cooperação contra a exploração, a colonização e qualquer forma de domínio;

4) a luta contra o predomínio dos aparatos industriais militares, a conversão da produção para armamentos em produção para meios de segurança pacíficos, para usos civis e para a resolução das grandes questões mundiais;

5) a progressiva democratização de todas as relações internacionais e o direito de cada povo decidir sobre seu próprio futuro;

6) a construção de uma sociedade liberta de qualquer forma de exploração e domínio, que se funde na igualdade de homens e mulheres, uma sociedade pluriétnica e multirracial, que não conheça discriminação e limitação dos direitos universais de cidadania.

Isso significa afirmar o direito ao trabalho de todas as mulheres e homens, o direito à saúde, à casa, a uma justa distribuição do bem-estar, da cultura, dos poderes e das possibilidades de decisão, não somente na esfera política mas também nas esferas econômica e social. Tudo isso baseia-se em uma idéia diferente de progresso, não mais ligado ao crescimento somente quantitativo mas, sim, a um desenvolvimento qualitativo com a finalidade não somente de uma mais justa redistribuição, mas para uma qualidade superior da vida humana, no quadro de um horizonte mais amplo de libertação humana. Parece-me que as duras réplicas da História nos sugerem com evidência suficiente que estes objetivos devem ser colocados além da cultura do industrialismo e além de qualquer concepção estatista estritamente ligada àquela cultura.

Será necessário afirmar, ao contrário, o princípio da socialização. É neste quadro que nós destacamos a importância fundamental da questão das regras. Colocar no centro a questão das regras permite, com efeito, enfrentar de maneira original a relação entre Estado e mercado, entre público e privado, e privado e social. Permite ir além da pretensão de resolver todas as contradições no interior do Estado e além da pretensão oposta, neoliberal, conforme a qual, perante a crescente complexidade social, a única possibilidade seria a de aceitar os seus dinamismos espontâneos. O caminho que indicamos, ao contrário, é aquele de um sujeito público que, ao fornecer regras e projetos, liberta forças sociais, promove energias e capacidade de sujeitos econômicos privados, públicos, cooperativados, orientando sua ação para o reconhecimento concreto de todos os direitos de cidadania.

Nada de regras, portanto, que sejam um fim em si mesmas, mas como meio de uma grande reforma social e econômica que permita ao Estado e às forças produtivas funcionarem conforme critérios de eficiência, a serviço do homem. Deste modo, nós nos opomos a qualquer forma de individualismo e consumismo selvagens, e afirmamos o primado real da pessoa, valorizando sua capacidade e possibilidade de escolha, conforme o critério de iguais oportunidades; com a finalidade de que se torne efetivamente verdadeiro o próprio projeto de vida, conforme o princípio da liberdade de cada um como condição da liberdade de todos.

Mas isso significa, antes de tudo, ir além da atual divisão sexual do trabalho. Ela, com efeito, desvaloriza o tempo e

### *Será necessário afirmar, ao contrário, o princípio da socialização.*

o trabalho doméstico e o considera exclusivamente responsabilidade feminina. Desta forma, a possibilidade de escolha de um projeto próprio de vida por parte das mulheres é pesadamente hostilizado e negado. As mulheres propõem colocar no centro da organização social e do trabalho uma concepção diferente de tempo, mais "complexa", fundada na expressão plena e paritária de todos os aspectos de vida (trabalho, estudo, tempo para si, tempo para os outros) e de todas as suas fases.

As instâncias colocadas pelas mulheres, e que se referem a uma nova qualidade do desenvolvimento, deverão se constituir num ponto de vista fundamental do nosso projeto e da participação central e não complementar das mulheres na sua elaboração. Este é um exemplo particularmente significativo de como o discurso sobre as regras e a reforma do Estado deve ser a alavanca de uma autêntica e profunda transformação social. Hoje é inevitável uma reclassificação das funções públicas e da relação público-privado. Já está claro, hoje, que o mercado não pode conseguir, por si só, os objetivos de uma nova qualidade de desenvolvimento. A ilusão do mercado auto-regulado já faliu no Oitocento, como tem-nos explicado Polanij, e está falindo também agora.

O predomínio de uma ideologia da centralidade da empresa, no curso dos anos oitenta, fez com que a aceleração da revolução tecnológica avançasse paripassu com o agravamento dos desequilíbrios entre áreas fortes e áreas fracas, com o aumento do impacto destrutivo da produção sobre o ambiente, com a incapacidade de satisfazer necessidades essenciais. Nesta situação, está evidente, para nós, que o público deve, no âmbito nacional e internacional, fortalecer sua capacidade de direção estratégica e de controle. Mas as modalidades e os instrumentos da intervenção devem ser renovados porque os objetivos são novos e porque temos, atrás de nós, não somente exemplos de insucesso de mercado mas também exemplos de insucesso do Estado.

Sobretudo, exemplo de insucesso do Estado que pretende planificar e programar supondo possuir todas as informações necessárias para decidir sobre os períodos quinquenais e decenais. O processo social e econômico, se voltado para a inovação, deve resultar da interação de sujeitos diversos, e se o papel de orientação geral deve ser inevitavelmente público, igualmente necessária é a autonomia dos outros sujeitos, os quais, cada um conforme a especificidade do próprio papel, devem fazer jus à eficiência, à moralização e à profissionalização, a fim de induzir o próprio sistema das empresas a agir e interagir com motivações mais amplas que não a simples motivação do lucro. Reforma do Estado e do mercado são, então, duas faces da mesma moeda na perspectiva de uma nova regulamentação econômica e social. De outro lado, as mais modernas teorias do mercado e das empresas nos dizem que o mercado não é uma entidade em si, dotada de suas leis naturais, mas é uma construção histórica, cuja conformação depende das leis do Estado, da cultura e história de



um povo, da conformação dos sujeitos que nele operam. Então é uma instituição que pode ser mudada. E também as empresas podem ter natureza diversa e motivações diversas em sua ação.

Nós reconhecemos, portanto, a função positiva da empresa. O problema é se a empresa deve ser considerada um "sujeito" como se diz, e ser identificada de maneira exclusiva com o mando proprietário; ou, ao contrário, se deve ser entendida como "instituição" na qual agem diversos sujeitos e interesses que devem todos ser reconhecidos. Esta segunda é a nossa idéia, que não desconhece a empresa mas a assume em sua realidade complexa. Em um país como a Itália, caracterizado por uma enorme disseminação de empresas, podemos propor um novo pacto institucional que mude a situação atualmente existente. Um pacto que diga respeito às regras e não à livre expressão da conflitualidade, pelo qual o Estado pede a todos os cidadãos que respeite as leis, mas no qual ele mesmo, compromete-se a respeitá-las e a se dar moralidade e eficiência, com o objetivo de criar um ambiente mais favorável ao compromisso de inovação das empresas dirigido para o alcance dos objetivos desejados.

O objetivo de ser, sobretudo, garantir os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em todos os níveis, através, em primeiro lugar, de um sistema fiscal justo que não jogue sobre as rendas do trabalho e das atividades produtivas um peso enorme, taxando três ou quatro vezes as mesmas rendas, e reconhecendo, ao contrário, para todos os cidadãos, os mesmos direitos no campo da previdência e da saúde. É sobre a base destas concretudes programáticas que se torna realidade a outra grande idéia-força, a da equidade, da justiça, com relação às capacidades e necessidades. Por isso, no centro da relação entre o público e o privado deve permanecer, como valor inalienável, o reconhecimento da dignidade e do valor do trabalho em todas as suas expressões diversas e articuladas.

E isso significa o reconhecimento e a valorização do conflito, da regulamentação dos papéis, garantia dos direitos nos locais de trabalho, e a luta contra os fenômenos da hierarquização, garantia da flexibilidade autodeterminada e de múltiplas opções no decorrer da vida, por parte do individual singular, com relação ao trabalho. Quer dizer ainda democracia econômica e, portanto, regras de transparência e informação, participação dos trabalhadores nas decisões da empresa e na formação e gestão do excedente, disseminação da iniciativa, enfim, aumento do nível de democracia no mercado.

Os trabalhadores devem poder decidir sobre o tipo de trabalho, suas finalidades, o seu tempo. São estes os componentes de um moderno projeto de libertação do trabalho, um movimento moderno de resgate dos trabalhadores, contra o sofrimento e a alienação do trabalho, que não pode ser a vigamestra do programa de uma moderna força política reformadora. No centro deste programa deve-se colocar, então, o direito ao trabalho como fundamental direito humano e de cidadania, do qual descende o dever de um Estado democrático assegurar a plena ocupação. Tudo isso pode definir os elementos fundamentais de um programa voltado para contrapor ao individualismo desenfreado, à corrida ao lucro e ao seu poder políticas inspiradas no valor da solidariedade e no enfrentamento da degeneração da vida política e adminis-

*Tornar atuantes o direito à segurança, à justiça, à informação, eis então os primeiros elementos da reforma institucional que propomos.*

trativa, através da afirmação rigorosa de motivações éticas e de promoção da transparência de um Estado de direito capaz de devolver confiança às pessoas e revalorizar o sentido da vida pública, das instituições e do Estado.

Neste contexto é essencial, para uma política que torne efetivo o reconhecimento das necessidades, dos direitos, e das liberdades, um projeto amplo de reforma institucional. Prioritário é colocar o Estado em condição de garantir a salvaguarda da vida, a liberdade pessoal, a segurança, num país cujo território, em áreas hoje amplas, está submetido a um poder criminal ramificado, articulado fundamentalmente no entrelaçamento entre máfia, negócios e política. Também em relação a isso é necessário garantir o direito à justiça, hoje inoperante por causa de leis velhas, mas sobretudo por causa de estruturas obsoletas e recursos insuficientes.

O direito ao juiz, independente de qualquer outro poder, faz parte do direito de justiça. A independência da magistratura, hoje, é um bem que é necessário defender e garantir. O direito à informação realmente pluralista, direito essencial de qualquer sociedade livre e moderna, abertamente ameaçada hoje na Itália, é fundamental. É urgente neste campo um programa de regulamentação que deverá estar, também ele, no centro de nossa iniciativa. Tornar atuantes o direito à segurança, à justiça, à informação, eis então os primeiros elementos da reforma institucional que propomos.

Ao lado deles, e realmente revolucionária, é a reforma que propusemos ao falar da separação entre política e administração pública. Aqui está a substância verdadeira da questão moral. O manuseio do dinheiro por parte dos políticos é a causa da corrupção, da sujeira, do desgosto e da desafeição de muitos cidadãos com relação à política como tal. Reformar as administrações públicas com base no critério da separação entre endereçamento político e gestão administrativa é tarefa a ser iniciada, pondo em marcha um movimento de massa que sustente a nossa ação em torno de objetivos definidos, mas também realizando, desde já, todos aqueles aspectos da auto-reforma da política — e não são poucos — que podem ser realizados sem que se tenha que esperar por leis novas.

Auto-reforma da política também como adoção de comportamentos diferentes das forças políticas quando atuam nas instituições. Os "códigos de comportamento" que propomos para as próximas eleições administrativas, nos temas dos contratos públicos, saúde, encargos profissionais; as novas regras para garantir os direitos dos cidadãos à informação, à defesa cívica, aos referendos nos municípios e regiões; eis fatos inovadores profundos que podem ser introduzidos imediatamente sem esperar novas leis. Proponho, como ato exemplar de auto-reforma política, submeter aos órgãos dirigentes de partido a decisão de não participar, como representantes políticos, dos comitês de gestão das USL que deveriam se formar após as eleições para os órgãos locais, no sentido de induzir



o governo e o Parlamento a enfrentar imediatamente as novas normas legislativas e a reforma das USL. Uma autêntica constituinte da democracia italiana deveria iniciar uma profunda reforma das instituições republicanas que redefina e requalifique as forças de representação e os órgãos executivos, também através da introdução de novas leis eleitorais que restituam poder ao povo soberano, reduzindo a delegação aos partidos.

A este propósito devemos nos colocar com clareza uma pergunta. Por quais razões as reformas institucionais, das quais se fala, que mais de um decênio, estão paradas ainda na reta de partida? Acho que a este respeito existe uma limitação nossa e do alinhamento reformista inteiro: não tem havido um movimento verdadeiro e real para o qual se encaminhassem os impulsos da mudança, no qual o descontentamento dos cidadãos se transformasse num impulso propulsivo em direção à reforma. É por causa disso que desde o início (na ocasião da apresentação do governo-sombra, no ano passado) temos manifestado interesse e encorajado na iniciativa de um referendo sobre as leis do Senado e da Câmara. Uma iniciativa que tem nascido em setores importantes do mundo católico, de orientação diversa, e que sucessivamente tem conseguido apoios sempre maiores em áreas culturais e políticas diversas, inclusive a nossa, e na sociedade italiana.

Uma outra idéia-guia fundamental, para nós, deve ser a da cultura e educação, entendidas como valor em si, a cultura e instrução como bens fundamentais para o desenvolvimento da pessoa e como instrumento de autonomia e crítica com relação à realidade existente. Por isso, uma esquerda que não tencione renunciar ao valor da igualdade das oportunidades de vida deve considerar o terreno da educação como cimento prioritário da própria ação política e cultural. E estar ciente de que a formação e a orientação do potencial técnico-científico serão fundamentais para tornar possível uma qualidade diferente de desenvolvimento, a valorização e a humanização do trabalho, a redistribuição das oportunidades e dos poderes, a democratização de qualquer aspecto da sociedade, bastiões do projeto ao qual devemos dar vida.

A escola e a universidade são testes fundamentais de nossa concepção da relação entre o público e o privado, de um pensamento político que vai além do velho estatismo e neoliberalismo. Trata-se de formular reformas que permitam à escola e à universidade perseguir o duplo objetivo de equidade e eficiência. Tencionamos lutar para que se afirme um novo modelo de universidade. Uma universidade pública não fechada em si mesma, mas aberta, na plena tutela da autonomia de pesquisa e formação, à colaboração com o mundo externo. Uma universidade livre da asfixia de uma ordem institucional centralizada e burocrática.

Não nos subtraímos, portanto, ao desafio da autonomia, mas entendemos que devemos nos comprometer para que ela tenha determinados elementos fundamentais e seja reconhecido, nela, o papel dos estudantes. Por isso, temos saudado o movimento dos estudantes como um acontecimento de grande importância na vida política e social do País. Porque ele rompeu um silêncio que, há anos, tinha descido sobre os problemas da escola e da universidade italianas. E porque ele se coloca num terreno de conflitualidade moderno realmente decisivo. Tudo isso estritamente relacionado com as

*Não existe, de fato, um momento final da história no qual o conflito se acalma para sempre com a tomada de poder por parte da esquerda.*

concentrações de funções essenciais ligadas sobretudo ao campo da informação e do saber, a sistemas de comando não submetidos a qualquer controle democrático, uma tendência que ameaça esvaziar as potencialidades críticas e inovadoras do saber, empobrecer e submeter a formas inéditas de domínio a vida civil e democrática inteira, produzir um desenvolvimento sempre mais desigual e qualitativamente inaceitável.

Por causa disso tudo, o movimento dos estudantes expressa uma inquietude mais geral que atravessa o corpo de toda a sociedade. Ele é também um espelho importante de uma sensibilidade cultural nova que coloca atrás de si os mitos da escalada social, os atalhos do individualismo, os modelos de homologação neoliberal. Este movimento é portador de um potencial democrático que deve ser reconhecido e valorizado. É portador de uma conflitualidade democrática. E a este propósito quero dizer, de uma forma mais geral, que na Itália as dificuldades objetivas de fazer viver movimentos e formas de conflito não podem ser atribuídas a uma vontade subjetiva de aceitação nossa. Mas à formidável reorganização dos poderes e a um atraso nosso em compreender, em individualizar as potencialidades inéditas do conflito que daquele próprio processo desprendiam-se; na substância, a um atraso nosso em ler, de maneira atualizada, o elementos fundamentais de uma moderna conflitualidade.

Mas sobre isso quero acrescentar ainda uma reflexão. O conflito é uma exigência permanente no processo de democratização. O conflito é um valor, não um desvalor, e não deve ser visto em contradição com a capacidade de oferecer soluções, procurar e encontrar saídas, chegar a decisões. O conflito, assim concebido, não está em oposição a uma visão pluralista, democrática, não-violenta. Quero acrescentar que a aceitação do conflito não nos diz respeito somente enquanto força de oposição. Não existe, de fato, um momento final da história no qual o conflito se acalma para sempre com a tomada de poder por parte da esquerda.

Devemos definitivamente nos libertar dos resquícios de tais concepções. Também como força de governo potencial a expressão da conflitualidade deve interessar-nos. Ela é, de fato, congenita ao método democrático, à sua natureza de processo indefinidamente aberto e por isso dinâmico e voltado para a progressão do próprio conflito, que deve ser levado a se expressar de formas sempre mais elevadas, com relação à civilização da confrontação, às regras que se aceitam, à qualidade dos objetivos. É a partir deste enfoque que é pode chegar a uma valorização efetiva dos movimentos, no pleno respeito à sua autonomia e à sua procura de espaços e meios para se expressar, e é assim que pode ser superado, na raiz, qualquer risco de movimentismo e de genérico radicalismo. É neste quadro, também, que é possível proceder a individualização, dos sujeitos aos quais deve fazer referência uma força reformadora moderna.



A clareza a respeito dos valores que se quer afirmar, a sua tradução na realidade e no movimento das coisas e dos homens, está estritamente ligada à identificação dos sujeitos, das necessidades essenciais e dos interesses dos quais eles são portadores. Por isso não se pode, absolutamente, pensar em se dedicar somente a um certo tipo de engenharia política e institucional. Perante uma realidade social complexa, como é aquela da qual falamos, seria absurdo pairar no “céu da política” sem alguma referência clara do chão da sociedade. Ao contrário, é indispensável estabelecer uma relação com as demandas e as necessidades dos sujeitos e das classes sociais que se busca representar.

A verdadeira dificuldade está em individualizar, a cada momento, a relação entre luta social e iniciativa política. Mas exatamente com a finalidade de definir esta relação, à margem de qualquer hipótese transformista e politicista, é necessário individualizar e indicar os sujeitos.

#### IV — REALIZAR UMA GRANDE CONSTITUINTE DE MASSA

Respondendo à pergunta: com quem? Estamos partindo da convicção de que permanece prioritária para a nova formação política que queremos construir a referência ao conjunto do mundo do trabalho em suas diversas articulações.

Nós buscamos, portanto, nos dirigir aos trabalhadores dependentes da indústria, da agricultura, do setor terciário; à classe operária, aos técnicos, aos pesquisadores, aos professores, aos trabalhadores da informação; a todos aqueles que vivem de seu trabalho e de sua própria profissão e que querem lutar não somente por uma redistribuição mais justa dos bens, mas para uma libertação autêntica de todos as formas de alienação e domínio, e para um reconhecimento e valorização mais plena de suas próprias capacidades, da vontade de poder decidir sobre sua própria atividade e seus fins.

Nós nos dirigimos a todas aquelas energias do mundo cultural e científico que, no desempenho de suas funções produtivas de proporções inestimáveis, querem libertar-se da mente sufocante de um sistema de poder político que impede a pesquisa de colocar-se, efetivamente, a serviço de um desenvolvimento equilibrado e qualitativamente novo.

Nós nos dirigimos àquelas forças do trabalho autônomo e da iniciativa, nos quais se expressa uma tendência significativa à apropriação de sua própria atividade, e que se reconhecem em um projeto de democratização integral, não somente do Estado mas da própria economia, e querem lutar por uma efetiva democracia econômica dentro e fora dos lugares de trabalho. A todos aqueles cidadãos que, com base no programa, e também como indivíduos singulares, consideram que devem e podem dar uma contribuição ativa para a definição ideal, cultural e política, na constituição e realização de uma nova força de esquerda.

Particular valor adquire a relação com o movimento de mulheres. De componente sempre mais importante dentro de um partido como o PCI, que surgiu fora da experiência da revolução feminina, as mulheres podem propor-se como sujeito constitutivo da nova formação política. Tal exigência, que surge de um reconhecimento de um dado estrutural de

#### *A verdadeira dificuldade está em individualizar, a cada momento, a relação entre luta social e iniciativa política.*

nossa sociedade, não procura certamente esgotar as formas de expressão e autonomia das mulheres como movimento. Devemos, aliás, partir do reconhecimento da subjetividade das mulheres por aquilo que ela é hoje na sociedade: sua capacidade de expressar uma força e um projeto autônomo. E do reconhecimento de que hoje o que se pode fazer é construir um pacto entre homens e mulheres sob a forma de relação entre dois sujeitos iguais em contrato e não mais como relação entre um “todo” e uma “parcialidade”.

Mas em geral, no terreno cultural e político, trata-se de tornar convergentes posições também idealmente diversas em uma ação de investigação e iniciativa que deverá se dar no terreno da construção da nova formação política e das escolhas programáticas. Sobre este ponto é necessário sermos muito claros. Não há de nossa parte nenhuma tentação globalizante; nós também queremos nos reconhecer como uma parcialidade. Há de nossa parte a compreensão de que os novos movimentos e as novas culturas que foram se afirmando com particular força e evidência já no decorrer dos anos 70 — a cultura das mulheres, a ambientalista, a pacifista e não-violenta, a cultura dos direitos e de um mundo do trabalho em transformação — impõem não uma somatória de novas instâncias e formulações, mas a procura permanente de uma síntese cultural e política. Este não é um problema que diz respeito somente a nós. Ele diz respeito a todas as forças de esquerda que são chamadas a ultrapassar posições tradicionais. Quero dizer isso aos verdes, aos quais deve ser reconhecido o mérito de ter-se constituído em torno de uma opção programática de extraordinário valor. Mas também a eles pode-se pedir que lutem pela formação de um campo e um programa reformista, ecológico e de alternativa, para fugir ao risco da fragmentação e também das tentações do consorcionismo.

Volto a dizer que nós consideramos possível e necessário pensar e atuar no sentido de que itinerários diferentes venham a dar vida a uma única formação política. A este propósito, é fundamental a relação com aquelas áreas do catolicismo italiano que têm chegado a elaborar, ao longo de uma experiência social e pessoal rica, uma consciência crítica autônoma perante o individualismo capitalista e o coletivismo burocrático. Aos que hoje tencionam se engajar num tipo diverso do desenvolvimento, socialmente dirigido e orientado para os valores de justiça e solidariedade, em oposição a quaisquer barreiras individualistas e consumistas. Já no XVIII Congresso tínhamos afirmado que era necessário ir além da época do diálogo, que consistia na separação entre o plano dos valores e de sua confrontação entre si e o plano empírico das “coisas a fazer”, e que tornava-se necessário um novo campo de colaboração baseado na coerência entre valores, programas e decisões políticas.

Tudo isso leva à possibilidade de que, hoje, as culturas, as idéias, as opções dos católicos progressistas, se tornem,



em sua autonomia, parte integrante daquelas da nova formação política. E isso exige que na nova formação política sejam contemplados, num plano de laicidade, o reconhecimento e a apropriação de alguns valores que são fundamentais para a consciência religiosa: a experiência positiva da fé e a liberdade de expressão de qualquer consciência religiosa, o valor da vida, a dignidade humana e da pessoa. De forma que o debate, não somente sobre a nova formação política, mas sobre o País, as escolhas políticas capazes de refletir e efetivar aqueles valores, possa se dar em termos de confrontação e não de choque, contribuindo assim para o crescimento de um civismo mais elevado da política.

Este processo fará com que os católicos possam escolher livremente entre alternativas programáticas diversas sem o temor de que isso possa entrar em choque com os valores que sua própria consciência considere imprescindíveis. Esta é uma necessidade para o desbloqueio do sistema público e também, parece-nos, para aquelas energias do catolicismo democrático que sentem a exigência de uma reforma da política, refletem a respeito de uma fase constituinte que possa levá-los para uma colocação nova de sua própria experiência histórico-cultural, que lhes permite expressar mais livremente as suas próprias idealidades e escolhas fora de qualquer impedimento de caráter ideológico. Neste sentido, aparecem como significativas as possíveis convergências com esta área no campo da reforma do sistema político.

Nós desejamos que uma contribuição significativa venha de uma consciência crítica laica, reformista, de inspiração socialista, a qual, partindo de causas vindas de uma relação renovada entre liberdade e socialismo, e de uma reflexão original sobre as forças da democracia, os direitos e as regras, possa colocar-se em uma posição crítica com relação aos atuais processos de reorganização dos poderes e da democracia dos fortes contra os fracos.

Sob este ponto de vista, consideramos importante a confrontação com os radicais, aos quais reconhecemos a luta, com particular coerência pelos direitos, civis e pela afirmação de novas regras na vida social e política. E contestamos que a confrontação com os radicais deve estar em oposição à das forças católicas ou das outras forças de inspiração laica e socialista. As lutas recentes pela informação, pela reforma institucional, pela não-violência e contra a fome no mundo o demonstram. Também neste caso é necessário derrubar velhas barreiras que não têm mais razão de ser.

Nós, herdeiros de Gramsci, confiamos, portanto, que podemos nos encontrar com os herdeiros de Sturzo e Toniolo, Gobetti, Rosselli, em nome de um novo civismo da política, a fim de escrever uma nova página de democracia na história italiana. A fase constituinte e a elaboração do programa fundamental tornarão visíveis as diferenças e os possíveis pontos comuns. Trata-se de caminhos diversos, mas amplamente convergentes em torno de valores fundamentais que têm se constituído no núcleo ético de nossa experiência.

Aqueles caminhos, todavia, para convergir, precisam de um novo ponto de partida, do qual, sem que ninguém tenha que se trair, possam partir de novo sócios fundadores, cada um e todos, de uma nova experiência política. Os próprios valores e necessidades que fazem parte do horizonte comu-

*Nós desejamos que uma contribuição significativa venha de uma consciência crítica laica, reformista, de inspiração socialista, a qual, partindo de causas vindas de uma relação renovada entre liberdade e socialismo, e de uma reflexão original sobre as forças da democracia, os direitos e as regras, possa colocar-se em uma posição crítica com relação aos atuais processos de reorganização dos poderes e da democracia dos fortes contra os fracos.*

nista (a crítica da produção pela produção, a superação da divisão entre governados e governantes, o reconhecimento de bens não mensuráveis com a medida do dinheiro, a necessidade de comunicação humana direta e as demandas de libertação do trabalho alienado) não podem mais ser apresentados somente como objetivos que se colocam, exatamente, em um horizonte distante, mas como valores que estão na base de uma autêntica reforma política que desafia permanentemente as contradições reais e procura e encontra os instrumentos concretos de sua realização. Tanto mais que as necessidades dos mais fracos não podem esperar, devem encontrar o caminho do poder, isto é, a possibilidade de sua satisfação.

Eis por que nós indicamos a via de um compromisso elevado que nada tem a ver com a nossa dissolução e menos ainda com a nossa liquidação. Não são possíveis comparações com o que aconteceu no Leste, onde se deu o desmoronamento dos partidos-regime, idealmente ossificados e esgotados. Nós estamos partindo, ao contrário, de nossa vitalidade. Trata-se de decidir, todos juntos, sem eliminar esta nossa grande força — feita de lutas, de idéias, de paixões, de organização, feita de mulheres e homens que não querem certamente abandonar o campo —, se queremos amadurecê-la e aumentá-la em suas potencialidades, em uma relação de contaminação recíproca com outras forças, que não se dizem e não são comunistas, mas que todavia estão prontas a se colocarem num terreno de procura ideal e programática de uma nova força de esquerda.

Nesta operação nós temos que levar a bom termo a melhor parte, a mais vital de nossa tradição que cresceu na base de um partido concebido como organização de idealidades e energias em volta de um programa. Trata-se de ir além do partido novo de Togliatti, extraindo dele, porém, todas as potencialidades. Um partido, lembremos, que se propunha a fazer do programa, concebido como relação orgânica entre grandes idealidades e objetivos políticos concretos, a condição da adesão ao partido e não o recuo em direção a uma concepção ideológica do próprio partido.

Ninguém pode querer isso!



Qualquer tendência ao exclusivismo ideológico representaria hoje uma regressão com relação às características mais fecundas de nossa experiência política, da experiência política dos comunistas italianos. É a nossa cultura, concebida como cultura crítica, continuamente renovada e para a qual gerações inteiras de comunistas italianos contribuíram, que deve, ao contrário, ser colocada em campo, hoje. Uma cultura crítica do capitalismo moderno que é chamada a se atualizar e a se redefinir em uma confrontação ativa com as outras correntes culturais.

Nesta perspectiva, o processo de construção da nova formação política se desenvolverá não através da fusão com os outros partidos, mas através da contribuição de indivíduos, grupos, setores da sociedade — que operam na produção, nas profissões, no mundo da cultura, nas instituições — que querem associar-se e participar do nosso processo constituinte. Trata-se de um processo que vai preceder, acompanhar e seguir a constituição da nova força reformadora. A abertura da fase constituinte representa um grande empenho ideal, político e de massa, no sentido de mobilizar o conjunto das forças e das potencialidades disponíveis. Forças que não possuem a mesma formação cultural nossa e de partido, e que irão determinar um enriquecimento, mas também uma inevitável relação dialética. Se não fosse assim, tratar-se-ia somente de trabalhadores e cidadãos que querem se inscrever em nosso partido.

Naturalmente todos nós devemos continuar a agir, durante a fase constituinte, para que aumentem os inscritos no PCI. Isso somente ajudará a construção da nova formação política, porque fortalecerá sua força promotora. Mas nesta altura, vamos enfrentar uma outra questão essencial que se coloca: qual formação política? Existe uma relação estreita entre forma organizativa, programa e finalidades políticas. A própria organização, qualquer que seja a forma-partido concebida, muda de natureza e peso conforme os objetivos, as referências sociais, as ambições históricas.

Nós queremos ser uma força alternativa ao atual sistema social e político, caracterizado e condicionado por aqueles processos de reorganização do poder dos quais falamos antes. Uma força alternativa a tudo aquilo que levou à humilhação da política como projeto, como grande experiência de participação democrática. A função original da nova formação política é assumir a centralidade da reforma política e das instituições, de forma a interpretar o processo de crise e da transformação do Estado como combinação de fatores sociais e políticos.

É isso que exige que seja dado maior peso à função do partido, como portador de um projeto, porque se quer dar mais peso à sociedade civil, quer-se fazê-la emergir. Portanto, como já dissemos, é necessária uma nova estratégia de transformação social, gradualista e reformista de sentido forte, que se move no quadro de novas compatibilidades, que derivam com coerência dos objetivos do projeto reformador. Este é o caminho que permitirá superar o bloqueio da esquerda italiana que é um dos fatores, certamente não secundário, do bloco do sistema político. O novo partido reformista, se quiser promover a agregação de um campo alternativo de forças sociais e políticas, deverá ser uma formação política

*Um partido democrático e popular; um partido de esquerda que atue para reorganizar a esquerda em escala europeia e que, por isso, atue no interior da Internacional Socialista.*

de massa, profundamente enraizada na sociedade, capaz de representar efetivamente interesses e aspirações de amplos setores populares.

Um partido democrático e popular; um partido de esquerda que atue para reorganizar a esquerda em escala europeia e que, por isso, atue no interior da Internacional Socialista. Um partido portanto internacionalista e europeísta, um partido de luta e governo. Um partido dos trabalhadores. Um partido que quer que sua natureza, sua identidade, seja essencialmente determinada por milhões de trabalhadores que ele representa e quer continuar a representar. Por isso, a classe operária e as necessidades e aspirações que nela se expressam serão força fundamental da nova formação política. Neste quadro, é primordial, naturalmente, a relação com o sindicato, a se realizar com base nos conteúdos e nos programas, e o pleno reconhecimento político e a autonomia do próprio sindicato.

A unidade e a autonomia sindical se constituem, para nós, em uma condição básica de qualquer sociedade plenamente democrática. Por isso excluímos também a hipótese do “sindicato da alternativa” calcado no modelo, aliás em crise, do tipo trabalhista. Defendemos uma idéia plena da autonomia do movimento sindical, naturalmente uma autonomia, certamente não indiferente em relação aos endereçamentos programáticos dos governos e das forças políticas em ação; uma idéia de autonomia que rejeita uma concepção de sindicato como instituto de mediação entre diversos componentes do partido, que não toleram formas de legitimação estranhas ao próprio sindicato. A discussão em curso nestes dias sobre as plataformas para os dissídios e o mal-estar que se manifesta, particularmente entre os metalúrgicos, são as manifestações de uma dificuldade na capacidade de representação efetiva que pode custar caro em termos de poder de negociação, de perda de controle sobre as modificações no trabalho, de administração unilateral dos salários efetivos por parte das empresas, de capacidade de pressionar efetivamente os governos sobre os temas decisivos do emprego, da qualidade do trabalho, do desenvolvimento do *Mezzogiorno*, da reforma do Estado social.

A propósito das discussões sobre os dissídios, quero acrescentar que é necessário, com base o pleno respeito da autonomia sindical, o esforço direto do partido ao lado dos trabalhadores. O papel do partido e de outras forças de esquerda e democráticas pode ser muito importante para a construção, na sociedade e nas instituições, daquele clima de maior apoio e solidariedade que pode ser decisivo na realização de acordos que se traduzam em claros passos à frente na luta pela redução da jornada de trabalho, por melhores condições de vida e trabalho. A questão da democracia sindical entrecruza-se com



o novo posicionamento do sindicato numa democracia da alternativa que salvaguarde e fortaleça sua autonomia.

Nós não pensamos, portanto, num agrupamento de organizações sociais e movimentos. Os movimentos como tais — não se trata certamente de uma novidade — ocupam, na base de sua autonomia, um espaço que não é o dos partidos. E além dos movimentos existem as associações — lembremos somente as educativas e do voluntariado — e outras formas de organização social, às quais deve ser reconhecida uma função e assegurada a autonomia, também com base nas disponibilidades de financiamento, meios, sedes e poderes efetivos, no contexto de um sistema pluralista não somente partidário.

O problema, portanto, é ir além de uma velha concepção de partido que corresponde a uma experiência de autonomia dos movimentos e associações que ameaça produzir um isolamento recíproco. Os canais de comunicação entre movimentos, associações e partidos tendem assim, a se fechar. A ação do partido é forçada, na maioria das vezes, a se dar no campo institucional e os movimentos tendem a se transformar, eles mesmos, em pequenos partidos. Em oposição a tudo isso deve ser contraposta uma profunda transformação da relação entre partidos, associações e movimentos, alicerçada em confrontações e acordos programáticos claros, em sistemas de relações e ações comuns, ligadas a objetivos determinados, flexíveis, reversíveis.

De qualquer modo e em linha geral, é necessário, no que diz respeito a nós, distinguir com clareza a relação que deverá ser estabelecida com os movimentos e as diversas organizações sociais, e a relação que deverá ser realizada durante a fase constituinte com grupos, associações, círculos, clubes que estão se organizando no campo político em função da nova formação política. Deveria ser evidente, de tudo o que se disse até agora, que não queremos dar vida a um partido de opinião ou a um cartel eleitoral, mas a um forte partido reformista, popular, de massa, que possa acolher dentro de si, libertando todas as suas potencialidades, a grande riqueza de nossa tradição reformadora, em uma relação baseada na união com outras forças, outras subjetividades, idéias e culturas que querem se comprometer com um projeto reformador.

A confluência, na nova formação política, de componentes diversos e múltiplos caminhos culturais e políticos, fará com que se torne necessária uma dialética livre e aberta. Uma dialética que se exprimirá de várias formas, também dependendo da fisionomia que o novo partido virá a ter. Para dar um exemplo, a participação eventual não somente individual mas também associativa das mulheres na nova formação política produzirá características inéditas não somente na dialética das idéias e programas, mas também naquela relativa à formação e à seleção dos grupos dirigentes.

Deverá ser assegurada a livre expressão de posições diversas em um ambiente que garanta, ao mesmo tempo, a democracia interna, a capacidade de direção do próprio partido, a eficiência na ação externa. Nem centralismo nem anarquia, portanto. As vias e os modos para realizar tudo isso deverão ser encontrados no decorrer de uma discussão aberta sobre o modelo organizativo, a forma-partido, tipos e modalidades de adesão, associação, colaboração. Uma coisa é de qualquer modo es-

*O pluralismo de idéias, que já estamos experimentando de forma aberta e apaixonante, deve expressar-se em um embate claro e leal e não no choque entre grupos e pessoas. Para contestar uma idéia não é necessário combater, e menos ainda denegrir, a mulher ou homem portadores daquela idéia.*

sencial: qualquer que seja a futura forma-partido não deverão ser próprios a ela métodos e instrumentos que nos outros partidos contribuíram para a degeneração da vida política.

O pluralismo de idéias, que já estamos experimentando de forma aberta e apaixonante, deve expressar-se em um embate claro e leal e não no choque entre grupos e pessoas. Para contestar uma idéia não é necessário combater, e menos ainda denegrir, a mulher ou homem portadores daquela idéia. Também porque um método como este, além de ser característico de concepções políticas obscurantistas, nega a reversibilidade das posições e as cristaliza. Com relação a isso devemos sempre ter presente que uma coisa são as diferenças de idéias; outra, as tentações personalistas.

Neste sentido quero acrescentar que não tem sido costume nosso, e não acho que deva se tornar, submeter-se a tentações maximalistas e também demagógicas, prescindindo de uma avaliação dos reais sentimentos sociais e dando ênfase prevalentemente à oportunidades relacionadas com a confrontação interna de partido. Com relação a isso, devemos ser coerentes com a idéia, compartilhada por todos, de que devemos nos avaliar, nós, em primeiro lugar, com as opções e os programas e não, ao contrário, dimensionar a nossa atitude com relação a eles a partir da identificação de um adversário político. O pluralismo de idéias deve ser confrontação dialética, busca contínua de convergências, também através de divergências abertas e construtivas, e deve ser pautado na tolerância e no respeito às posições dos outros.

Contrário à de um sistema corrente e talvez também conflituoso, que torna rígido o embate, cria barreiras e obstáculos, consolida a contraposição de interesses mas não favorece, aliás obstaculiza, uma busca dinâmica e comum. A verdadeira prova, o grande objetivo que colocamos é o de assegurar um livre debate que permita a convivência produtiva das diferenças. Somente adotando este método será possível definir e dar vida a uma nova formação política, uma nova cultura, uma nova relação com a sociedade. A definição do modelo organizativo e das relações com a sociedade da formação política à qual queremos dar vida exige não somente a aceitação do pluralismo político interno, mas uma mudança profunda da estrutura organizativa que o novo caminho do PCI tem herdado do passado.

A força organizativa é certamente essencial para um partido de massa. Mas devemos compreender que ela não é suficiente e, se for entregue predominantemente aos aparelhos do partido pode, ao contrário, ser até contraproducente em relação



à exigência de se estabelecerem relações de massa, que podem, ao invés, realizar-se atribuindo um peso maior às forças da sociedade civil nos processos de elaboração e decisão política, e dando vida a organismos dirigentes mais restritos que assegurem maior eficiência e espírito de grupo. Nós não somente superamos radicalmente, há tempos, a idéia do partido ideológico e onicompreensivo, mas colocamos em campo uma verdadeira e própria doutrina do limite do partido. Limite em relação à pretensão de representar a consciência ideal e cultural de cada inscrito; limite perante a emergência de novos sujeitos da sociedade civil, também eles portadores de subjetividade política e aos quais devem ser reconhecidos espaços, meios, funções; limite com relação às ligações com as instituições. Esta concepção do limite deveria atravessar o corpo inteiro do sistema político italiano. O problema da distinção entre partidos e instituições não diz respeito somente aos países do Leste mas também, mesmo que de forma muito diversa, ao nosso próprio país.

Somente desatando positivamente este nó, será possível criar um sistema de alternativa que permita, verdadeiramente, a quem conquista e assume governo, respeitar os valores e as verdades internas das minorias. Este é o terreno mais seguro pra que se afirme um civismo mais avançado da política.

É a partir desta concepção mais geral que queremos construir um partido que encontre vias originais de comunicação com a sociedade, que adquira capacidade de ouvir, de se relacionar com as aptidões, capaz de captar e interpretar as demandas que surgem dos conflitos e adquira capacidade de construir e pôr à prova os seus projetos em uma confrontação viva com as dinâmicas civis e sociais.

Com efeito, é enfrentando esta questão que tornamos politicamente concreta a perspectiva para a qual queremos nos bater: a de *chegar à direção política do País*. De tudo o que tenho afirmado até aqui *emerge portanto o perfil realmente alternativo e de governo da nova formação política*. Uma autêntica oposição é hoje digna de crédito se não é fim em si mesma e se prepara, ao mesmo tempo, para representar a sociedade e governar com coerência o País.

## V — A GUINADA TEM DEVOLVIDO A CONFIANÇA NA POSSIBILIDADE DA MUDANÇA

Venhamos agora ao *como*; como é possível atuar nesta direção.

Trata-se, portanto, antes de mais nada, de não desperdiçar o processo que se iniciou, de vivificar a decisão da abertura da fase constituinte como ponto de partida para uma nova práxis política de massa, que comprometa e mobilize plenamente todas as energias do partido. Temos que ter confiança e determinação, sabendo que somos, todos nós, donos do nosso destino. O protagonista da operação que queremos promover é, antes de tudo, este organismo coletivo, o futuro que queremos construir está em nossas mãos. O que nos preparamos para realizar é uma uma grande constituinte de massa que nos permita partir de novo da sociedade para determinar as condições de uma guinada no País, de uma alternativa política e de governo. Devemos começar a experimentar

*Com efeito, é enfrentando esta questão que tornamos politicamente concreta a perspectiva para a qual queremos nos bater: a de chegar à direção política do País. De tudo o que tenho afirmado até aqui emerge portanto o perfil realmente alternativo e de governo da nova formação política.*

a renovação de nossa estrutura organizativa; colocar em campo uma nova e mais difusa função dirigente.

A constituinte deve se iniciar logo; nas seções, cidades, regiões, promovendo e estabelecendo relações com comitês e organismos abertos que saibam se confrontar com todos aqueles que manifestem disposição e vontade de participar do processo constituinte, não somente discutindo, mas dando vida a moléculas de uma disseminada iniciativa política e organizativa no País. Demonstraremos, com os fatos, que queremos trabalhar para uma formação política de massa, por meio de um plano de ação que persiga objetivos coletivamente definidos que ofereçam resposta às existentes e disseminadas necessidades do País, e aos interesses, demandas e propostas das quais são portadores as mulheres, os homens, os jovens, com os quais entraremos em contato. Este grande processo de massa deve ter os locais de trabalho e estudo como um dos seus objetivos privilegiados. Para este compromisso amplo e articulado devemos chamar os independentes, eleitos em nossas listas nas assembleias nacionais e locais, e todos os que estão dando vida à “*esquerda dos clubes*” e às diversas formas associativas ligadas à perspectiva da constituinte.

A fase constituinte e a nova formação política deverão reconhecer e valorizar, em particular, a plena autonomia das mulheres. Esta autonomia será real se não se colocar em posição paralela ao projeto e ao programa da nova formação política, mas procurar ocupar o seu centro. Serão as mulheres, de toda maneira, a definir os tempos, as modalidades, os institutos e as regras de sua autonomia. O grande processo ao qual queremos dar partida, e que já tem levantado um tão intenso entusiasmo e uma tão grande atenção, é destinado a se constituir em um evento importante no processo que levará à reforma da política em nosso país. Por causa disso, temos realizado um ato responsável e útil para o conjunto da sociedade italiana. Nós nos colocamos em campo com o objetivo de que possa se expressar todo o nosso potencial ético e político como elemento vital e dinâmico de uma alternativa de governo. Esta nossa ação tem devolvido, a uma parte sempre maior do País, a confiança na possibilidade política concreta de uma mudança. Conforme dissemos, e é hoje amplamente claro e aceito, nós temos nos colocado em campo a partir da percepção de uma mudança geral da ordem mundial, e não por causa da queda dos países do Leste.



Esta é uma situação, um circunstância histórica que não compromete somente a nós. Todos estão objetivamente em campo, todos devem mudar, apesar de os motivos da reflexão não serem os mesmos para todos; as responsabilidades e os méritos de cada um são de natureza diversa. O fim da ordem de Yalta e do bipolarismo, a dissolução da contraposição comunismo-anticomunismo, que tem caracterizado a longa fase da guerra fria, faz desaparecer o que historicamente tem sido a “resina” ideológica fundamental da DC, de sua postura dominante, a do anticomunismo. De resto, parece que os democrata-cristãos e o complexo da área católico-democrática começam a perceber isso. E é também a partir desta interpretação que hoje é possível ver o que acontece na DC e que pode-se compreender o seu sofrimento interno. Confirma-se, de modo hoje inegável, a necessidade de superar o dilema frente ao qual se encontrava a DC conforme a nossa análise no XVIII Congresso.

A DC, para se renovar de verdade — eu dizia no XVIII Congresso — deveria se sentir protagonista da construção do sistema de alternância, deveria ter a coragem de colocar, de novo, em campo sua relação com a sociedade na base de um projeto. O desfecho do XVIII Congresso da DC marca o fim de um equívoco, abre um vazio e levanta — eu dizia — um grande problema para os setores mais avançados e democráticos daquele partido. Veremos — eu acrescentava —, e é ainda hoje um dos pontos de interrogação principais da nova fase política que se abre, se aqueles setores, saindo do equívoco, saberão aceitar o desafio da alternativa opondo-se à opção que hoje prevalece na DC que dá àquele partido um papel destinado a perpetuar os equilíbrios e os mecanismos do atual sistema político, um papel, portanto, conservador. O equívoco de uma composição pacífica daquele dilema não é mais sustentável; está superada historicamente a centralidade democrata-cristã como base do sistema político.

A DC terá que se preparar para ser uma parte, um pólo, provavelmente importante e significativo mas não onicompreensivo, da vida política italiana. O que aconteceu nestas semanas no interior da DC, com a dissociação dos setores de esquerda da unidade de maioria, é uma confirmação da nossa análise. Há a sensação de uma insatisfação profunda no País e, em particular, no mundo católico, no qual manifesta-se irrenunciável uma visão elevada, de projeto, da política. Esta sensação se reflete no comportamento da esquerda democrata-cristã que provavelmente é atingida por duas preocupações: a de não aceitar os processos degenerativos das instituições (e nesse sentido é significativa a posição sobre a questão crucial do sistema de informação e a atenção sobre o tema das reformas institucionais); e, ao mesmo tempo, a preocupação de que a DC não perca a capacidade de ligação com os anseios, as insatisfações, os movimentos mais atuantes da área católica. Trata-se de preocupações legítimas que, uma vez vividas de forma conseqüente, podem abrir os espaços para uma competição sobre os conteúdos, uma “concorrência” em interpretar setores dinâmicos e progressistas da sociedade. Trata-se de uma hipótese que deverá ser estudada e mensurada a partir da coerência dos valores, projetos, opções efetivas.

Por tudo isso, reafirmamos nossas duas convicções. A primeira é que não se trata, muito menos hoje, da contraposição entre antidemocratas-cristãos e anticomunistas. Assim como não tem sentido ser anti-socialista. A nossa oposição à DC é uma oposição às opções programáticas precisas e a um sistema de poder que paralisa a dialética política. A segunda convicção é que a alternativa leva, de qualquer modo, a uma nova colocação estratégica de todas as forças do progresso e que as diferenças entre conservadores, moderados e reformadores são destinadas a dar vida às novas agregações políticas e, nós pensamos, às novas forças políticas. Obviamente, uma perspectiva como esta produz esperanças, produz também temores e advertências. Trata-se de comportamentos, mesmo compreensíveis, do mesmo modo pouco abertos ao futuro, porque não conseguem entender a grande ocasião de uma evolução pacífica, democrática, pluralista, de nossa vida política, baseada na confrontação entre alternativas programáticas reversíveis. Esta é uma transição totalmente madura e necessária hoje, se não se quer ver crescerem os fenômenos degenerativos e paralisantes de nossa vida política; o afastamento desta das exigências da sociedade, se não se quer correr o risco de fenômenos de fragmentação, desagregação e até inéditas contraposições ideológicas. Se se quer evitar tudo isso, se se quer assegurar um futuro de progresso à Itália, uma política dinâmica, aberta, de confrontação sobre os programas, deve se afirmar. Uma confrontação, uma competição, que uma vez determinada não encontre vencedores que possam achatar os valores, as idéias, os direitos, daqueles que estarão na oposição. Esta perspectiva demanda três condições: um amadurecimento de toda a situação através de um empenho civil, social e de massa; uma reforma do sistema político; e a afirmação das condições políticas de uma alternativa efetiva, isto é, novas relações na área da esquerda. Estes três aspectos devem ser mantidos sempre juntos. A nova formação política, da maneira como nós a pensamos, não pretende esgotar em si toda a confrontação com o PSI. No que diz respeito às relações com o PSI, toda a nossa política se movimenta nesta perspectiva: a de promover uma sempre mais ampla e coerente unidade reformadora.

Não há dúvida de que a participação numa coalizão sempre mais estática e sem fôlego, mesmo que permita ao PSI desfrutar das vantagens de sua posição, cria para aquele partido não poucas dificuldades que parecem destinadas a crescer. Nós estamos percebendo naquele partido um mal-estar provocado pelo seu atual posicionamento no governo e algumas incertezas quanto às suas perspectivas. Pode o PSI, decidirá o PSI tomar um novo caminho, indo além da linha de governabilidade e além da defesa de sua posição que resulta, também, insustentável? Nós pensamos que também o PSI deve se colocar em campo, deve dar os seus passos. Mesmo que o quesito que colocamos diga respeito, naturalmente, àquele partido cujas eventuais reflexões neste sentido nós acompanharemos com respeito e atenção. No que se refere a nós, não temos escolhido a perspectiva da unidade socialista. Consideramos que existem ainda razões políticas e programáticas que agem em favor de um pluralismo no interior da esquerda. Pensamos também que um processo de recomposição das forças de esquerda não pode se apoiar na reconsideração de divisões



e cisões antigas, que a nosso ver são feridas cicatrizadas, mas exige, ao contrário, uma confrontação política e programática sobre o futuro, sobre a Itália, a Europa que queremos construir; uma confrontação que pode ser conduzida para além da tradicional contraposição entre movimento comunista e movimento socialista.

Estão colocados hoje em campo componentes da tradição cristã, democrática, radical, novas sensibilidades ambientalistas e verdes, que podem contribuir de maneira totalmente original para a definição de uma nova esquerda na Itália e na Europa. Ao mesmo tempo, estamos percebendo que no alterado panorama político internacional a presença de outra grande força, popular, democrática e reformadora, que venha a fazer parte da Internacional Socialista, poderia colocar um problema inédito nas relações com a esquerda; poderia criar motivos de competição não velhos mas novos, e acentuar, ao mesmo tempo, as dificuldades que surgem de um posicionamento diferente com relação ao governo. Nós não queremos que estes riscos objetivos passem a predominar sobre as possibilidades de uma confrontação construtiva. Para que isso não ocorra torna-se necessária, todavia, uma intenção unitária, renovada, por parte de todos. É necessário realizar com decisão os primeiros passos nesta direção: os passos de uma confrontação programática mais próxima e que deveria permitir individualizar as opções de um reformador programa de governo. Particularmente significativa poderá ser a busca comum de uma perspectiva de reforma institucional, uma perspectiva que deve se expressar em um projeto orgânico que contemple um justo equilíbrio entre poderes diversos.

Ao se criarem as condições de uma alternativa programática, no contexto de um quadro institucional diferente, poder-se-iam estudar várias hipóteses de aproximação entre as diversas forças de esquerda, e entre nós e o PSI, capazes de permitir uma distinção entre a esfera dos partidos e a da representação institucional; poder-se-ia discutir sobre os acordos eventuais, pactos programáticos e eleitorais, e tudo isso exatamente com a finalidade de superar, naturalmente, com a condição de que se determinem bases programáticas claras, os inconvenientes de uma concorrência acentuada e de uma fragmentação eleitoral na área da esquerda.

Nestes últimos dias, por parte do PSI, tem havido novas atitudes que nós queremos levar seriamente em consideração. Consideramos que as nossas próprias perplexidades com relação à proposta de "unidade socialista" tenham produzido necessidade de esclarecimentos sobre os quais queremos refletir.

Considero, com efeito, que seja interessante a afirmação feita ontem por Craxi, na sede do PSI, onde acentua a necessidade de se buscar "uma unidade respeitosa das diferenças, das diversas contribuições, das diversas experiências e tradições".

Uma colocação como esta, porém, deveria superar, na raiz, a busca de hegemonia e de novos equilíbrios na esquerda. É necessário, ao contrário, fazer avançar toda a esquerda.

Nós também, portanto, pedimos que as nossas observações — que dizem respeito à adoção de grandes opções que põem em jogo não somente o PCI mas o conjunto da esquerda e que tendem a reformular as próprias características de uma

*Estão colocadas hoje em campo componentes da tradição cristã, democrática, radical, novas sensibilidades ambientalistas e verdes, que podem contribuir de maneira totalmente original para a definição de uma nova esquerda na Itália e na Europa.*

nova esquerda não esgotável no campo socialista — sejam avaliadas com seriedade e respeito. Trata-se de observações e problemas que não querem fechar mas, ao contrário, abrir, principalmente junto com o PSI, uma reflexão estratégica comum que nós estamos dispostos a começar com franqueza e lealdade.

Não se trata, naturalmente, de propostas para o futuro imediato, mas de hipóteses sobre as quais se deve refletir e que, de qualquer modo, exigiriam, além da necessária reforma institucional, uma autêntica convergência programática a se realizar não somente entre vértices de partido, mas no corpo da sociedade e no conjunto da esquerda. Uma perspectiva como esta exige, de qualquer maneira, que o PSI entenda a nova formação política não como fator de preocupação, mas uma ocasião para uma confrontação positiva e para a realização de políticas reformadoras. Era isso que convidava a fazer um grande homem, querido por todos nós e ao qual dirigimos uma última e comovida saudação. Isso convidava Pertini a dizer, que quis a Berlinguer como a um filho e que sempre lutou pela unidade de todas as forças de esquerda. Nós avaliaremos, em todos os casos, os atos concretos, visíveis, que mostrem o sinal de uma inversão de tendência a partir das próximas eleições administrativas. No centro da confrontação eleitoral, de fato, nós queremos pôr a questão da reforma política. Nós desejamos — mas sobre isso terei ocasião de voltar a falar na minha intervenção conclusiva —, uma escolha clara em direção às alternativas programáticas, e não mero alinhamento, também porque, para os próprios governos locais de esquerda, deve valer a clareza programática, a partir da questão moral.

## VI. DEMOCRACIA INTERNA E UNIDADE DO PARTIDO

Queridas companheiras e queridos companheiros, temos atravessado uma fase apaixonada, intensa, também dramática; temos experimentado o sofrimento agudo que acompanha inevitavelmente qualquer opção de renovação, qualquer novidade que se apresenta dolorosa, não somente para aqueles que a combatem mas, e talvez até mais, para aqueles que, com razão ou não, assumem a responsabilidade de propô-la e defendê-la. Penso, porém, que podemos dizer que foram também meses decisivos no decorrer dos quais um grande debate atravessou todo o partido, meses que têm assinalado uma experiência democrática extraordinária e que tem



permanecido no centro da atenção de toda a sociedade italiana. No curso desta experiência o nosso partido mudou; uma transformação importante já se deu; com a nossa livre e transparente discussão já se realizou uma novidade. Acho que pode-se considerar isso um mérito da proposta por mim apresentada ao partido e também um mérito de todos vocês que se expressaram, também de várias maneiras e através de plataformas contrapostas, sobre aquela proposta. O partido foi chamado a decidir, de forma direta e sem intermediação de vértices, sobre uma decisão de importância fundamental, uma escolha de compromisso para o nosso futuro. O centralismo democrático, hoje, está ultrapassado. Este já é um resultado significativo que pode nos tornar, todos, mais fortes em nosso compromisso e em nossa luta democrática. Ao longo desta minha relação, como vocês podem constatar, procurei manter presente o sentido e o valores não somente das críticas e preocupações, mas também das propostas e sugestões das outras duas moções. Pude, assim, enriquecer e precisar o caráter da proposta submetida ao partido. Estou profundamente convencido de que a democracia é também capacidade de ouvir, do ouvir recíproco. Assim, procurei, em debate às vezes áspero e duro, ouvir o que era essencial, deixando de lado o que podia ferir ou parecer não generoso. Apreciei o significado que se quis dar ao tema dos horizontes do comunismo, colocando-o, como era natural, na perspectiva política da qual estou convencido. Coloquei de novo, sempre naquela perspectiva, as sugestões do programa comum e acho que nós estamos de acordo sobre a identidade de um partido não somente programático mas portador de valores e idealidades. Agora, devemos nos acostumar a conviver com a novidade que produzimos e, portanto, com a diversidade de posições, sem que isso signifique perder o valor da unidade.

Não é verdade que a diversidade, a discussão, destroem o partido, e também não é verdade que a unidade do partido existe somente se as diversas posições não se expressam claramente. Ao contrário, quanto mais as posições diversas se expressam de uma forma visível, tanto mais devemos, nós todos, nos habituarmos a um ouvir recíproco. É necessário, portanto, trabalharmos juntos no que diz respeito às diversidades. Exatamente por causa disso, seria errado, agora, atenuar o significado do nosso debate e dos seus resultados. Como vocês sabem, nos congressos de seção e federação manifestou-se uma ampla maioria em torno de um mandato preciso: o de abrir a fase constituinte de uma nova formação política. Este era o objeto da decisão do congresso. Mas estas diferenças o colocam-se em um plano distinto e independente em relação à decisão fundamental que está perante este congresso. A democracia precisa de clareza. É necessário que planos, diferentes entre si, não se cruzem. Existem questões programáticas sobre as quais já tínhamos anteriormente posições diversas, mas não é para resolver estas questões que pediu-se um congresso extraordinário.

A exigência e a solicitação deste congresso nasceu da convicção de que a importância da proposta feita tornava indispensável um pronunciamento de todo o partido. A esta avaliação e àquela solicitação temos aderido apesar de que, como é sabido, eu teria pessoalmente preferido um prazo mais longo. Agora, de qualquer modo, o congresso é chamado a deci-

*Não é verdade que a diversidade, a discussão, destroem o partido, e também não é verdade que a unidade do partido existe somente se as diversas posições não se expressam claramente.*

dir, diretamente, sobre a abertura da fase constituinte. Esta decisão nos permitirá acentuar os conteúdos, a elaboração programática posterior, ideal e política. É óbvio que não vamos sair do congresso com duas correntes, a do sim e a do não, já que os dois componentes têm extraído motivações e fundamentos de uma confrontação que nestes dias conhecerá seu desfecho. Vai permanecer aberta uma dialética entre posições diversas, algumas das quais, como dizia, existiam antes deste congresso; outras diferenças poderão se verificar em um terreno completamente inédito que se abrirá com a constituinte. Poderá permanecer aberta, é possível que isso aconteça, mas não caberá certamente a mim decidi-lo, uma dialética em continuação àquela que animou a confrontação entre o sim e o não. O debate destes dias servirá para esclarecer os termos e o alcance desta dialética que deverá, também ela, encontrar expressão no decorrer da fase constituinte. Totalmente diferente seria se se formassem uma corrente de maioria e uma de minoria, cristalizadas. Seria desagradável, não digo em princípio inadmissível, mas desagradável e nociva qualquer atitude preconceitualmente negativa.

Acho que a atitude correta a tomar deve ser a de reconhecer a soberania dos congressos. Sobretudo deste congresso, que concluiremos em poucos dias e que nos empenhará num trabalho imediato para dar vida à constituição da nova formação política. A verdadeira garantia democrática que não pode ser encontrada em expedientes formais, mas naquele respeito recíproco que nasce da democracia. Isto é, da transparência de um processo que nos assegure que não são predominantes e prefixados os elementos essenciais, a natureza, o programa fundamental da nova formação política; do grande processo de refundação para o qual somos todos chamados a trabalhar, a partir do momento em que ele, no final do congresso, se tornará a linha do partido. E quero também dizer, com extrema franqueza, que se prevalecessem lógicas de desforra e atitudes obstructionistas, todo o partido seria prejudicado. Mas uma perspectiva como esta não está certamente no ânimo dos companheiros que conduziram a batalha congressual, estando todos determinados, tenho certeza disso, a se empenhar, cada um em suas posições, para o partido e para a esquerda. Naturalmente, a soberania deste congresso e os compromissos que serão fixados por ele não podem absolutamente eliminar a soberania do próximo congresso. Não será um problema jurídico mas um problema político, que está nas mãos de cada um de nós decidir, sobre o fracasso ou o sucesso de uma grande iniciativa como a que queremos promover.

Naturalmente, será nossa tarefa criar as condições para um grande sucesso de nós todos e da democracia italiana. A decisão que submetemos ao partido era, portanto, a de



trilhar ou não um caminho. A partir do momento em que decidirmos trilhar este caminho, abrir-se-á à nossa frente um novo cenário, diferente do anterior. Na nova fase constituinte nos moveremos todos por igual, sem prefixar posições, sem atitudes e posições cristalizadas, sobre as grandes questões programáticas e organizativas que deveremos enfrentar. Nos moveremos tendo todos presente o que somos, o valor de nossa experiência histórica, a importância que ela tem tido para o desenvolvimento da democracia italiana. Todos nós temos honrado o nome de nosso partido e o nosso ser comunista. Não tenho nada a acrescentar a propósito do que afirmei no XVIII Congresso. Aqueles valores que estão inscritos no horizonte do comunismo e que antes lembrei, pertencem a todos nós, aliás vão além de nós, porque se tornaram patrimônio de outras correntes ideais e políticas. São valores que nós temos respeitado e vivificado em nossa experiência histórica. Este é o nosso maior mérito. Aqueles valores, de outro lado, têm sido contrariados pelo movimento comunista internacional, pelo sua concepção historicamente determinada de partido, poder, Estado, e pela forma como aquele movimento tem agido, de fato.

A meditação atenta do conjunto destes dados deve permitir-nos compreender que é extremamente em virtude de nossa originalidade que, na Itália, podemos fazer o que em outros lugares não foi possível fazer, que podemos, como comunistas, lançar no sulco da história uma semente fecunda. Podemos colocar nosso patrimônio ideal e político à disposição de uma nova iniciativa, de uma nova força de esquerda. Não sentimos, portanto, a necessidade de nos dissolver em uma nova formação política. Como é possível pensar que haja alguém querendo que tudo o que nós somos, na Itália, aqui em Bologna e na Emilia, aqui neste congresso, possa ser eliminado? Não: nós queremos — atuando em diversos terrenos — mudar o curso da política italiana, dar perspectivas diferentes à Itália, levar a esquerda ao governo do País, contribuir para a criação de uma nova ordem mundial. Por isso devemos todos estar atentos: para mudar o nosso nome não valeria certamente a pena destruir a “coisa” (isto é, a presença de uma grande força socialista, alternativa e reformista na Itália da qual nós somos e queremos sê-lo de forma sempre mais coerente), mas também não vale a pena destruir a “coisa” para defender o nome.

Em qualquer partido, mais ainda naqueles onde a dialética é mais aberta, há um limite insuperável, o que conduz todos à derrota. Naturalmente, ninguém pode se dar o direito de indicar onde está este limite. É desejável somente que todos nós saibamos vê-lo com clareza. Acho que é possível criar as condições de uma unidade entre nós sem que se apaguem, por encanto ou forçadamente, as razões da batalha que se tem defendido. Com a condição porém, repito, de que a capacidade de reconhecer e representar as diferenças nas diversas instâncias do partido não queira significar cristalização e ossificação das idéias. Se assim fosse, perderíamos todos algo de nossa riqueza e nossa vitalidade. Todos devemos interpretar, sem renunciar às nossas idéias, a forte exigência de unidade que advém do partido. Todos somos chamados — lembremo-nos da não-ouvida carta de Gramsci de 1926 — a assegurar uma direção unitária do partido que se baseie

no reconhecimento das diferenças, que substitua os princípios do centralismo democrático por um diverso e mais elevado nível de responsabilidade unitária, tanto por parte da maioria como da minoria. De outro lado, as preocupações em relação à possível manifestação de formas de dirigismo que não devem nos jogar na direção de esquemas oligárquicos que faça com que se percam os resultados da grande experiência democrática que temos realizado com este congresso. Direção unitária do partido não pode significar consorciação confusa, mas com base no respeito da aberta expressão da dialética democrática, aceitação plena do princípio de maioria e responsabilidade para com aqueles aos quais corresponde a possibilidade da substituição da própria maioria. O verdadeiro tema ao qual temos o dever de dar uma resposta é a relação entre política e responsabilidade. É um tema que diz respeito à direção do País. É um tema que diz respeito à direção do partido. Ao dizer isso, anima-me uma grande confiança. Estou convencido de que a história política e intelectual de nosso país, a experiência militante de inteiras gerações para as quais nós, comunistas, temos dado uma contribuição insubstituível, têm feito emergir e crescer na nossa sociedade a presença, ao nosso lado, de indivíduos e forças, de mulheres e homens de inspiração democrática, socialista, cristã, que hoje podem se pôr de acordo sobre a base de alguns valores e princípios comuns, atuar juntos para transformar a sociedade, pôr-se de acordo sobre a necessidade e a possibilidade de dar vida, juntos, à nova força de esquerda.

Por isso estou convencido de que é possível para nós todos, juntos, depois de nos termos expressado de forma diversa no decorrer deste debate, nos dirigimos agora àqueles que estão mostrando disposição de desenhar cenários inéditos para a realização daqueles ideais de solidariedade, igualdade e liberdade que não podem ser estranhos às esperanças de todos os que visam a libertação integral do homem. E que são, hoje, a base da possibilidade de luta por um socialismo democrático e humano. Permitam-me concluir com estas belíssimas palavras extraídas do Ulisses de Tennyson, poeta de 1800, que soam assim: “Venham, amigos, que nunca é tarde para redescobrir um novo mundo. Eu vos proponho ir além do horizonte. E se também não tempos a energia que em dias distantes moveu céu e terra, somos ainda os mesmos, única heróica têmpera de corações heróicos. Enfraquecidos, talvez pelo destino, mas ainda com a vontade de combater, buscar, achar e não ceder”. É por tudo isso que nós, mesmo porque não pensamos termos permanecido a única heróica têmpera de corações heróicos, certamente não somos movidos pela tentação de uma opção desesperada de retirada mas, ao contrário, chamamos a nós mesmos e a todos vocês, e os amigos que se tornarão nossos companheiros, e o conjunto da esquerda, a ir além do horizonte não para ceder, mas exatamente para buscar, achar e combater. Façamos isso cada um com as suas próprias idéias, mas façamos todos juntos, façamos não somente por nós, mas pela democracia, por uma Itália mais justa.

\*Bologna: cidade da região central da Itália, onde se realizou o congresso extraordinário do PCI (N.d.T)

\*\*Emilia: região da Itália cuja capital é Bologna. (N.d.T.)